

SESSÕES DO PLENÁRIO

31ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 27 de abril de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. REINALDO BRAGA *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Emério Resedá, Fátima Nunes, Fernando Torres, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, Joélcio Martins, José Nunes, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Yulo Oiticica e Zé Neto. (49)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Ofícios das deputadas Virgínia Hagge, Maria Luiza e dos deputados Ronaldo Carletto, Javier Alfaya e Sérgio Passos justificando suas faltas nas sessões plenárias, estiveram ausentes por conta de compromisso parlamentar. Apresentaram atestados médicos os deputados Ronaldo Carletto, Sérgio Passos e Virgínia Hagge.

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Virgínia Hagge, comunicando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 30 e 31/03 e 01,02 e 03/04/2009, por motivos de saúde, conforme

atestado médico em anexo.

Da Dep. Maria Luiza, comunicando sua ausência nas sessões plenárias ocorridas entre os dias 25/03 e 08/04/2009, para acompanhamento hospitalar de seu filho Paulo Henrique Orge de Barradas Carneiro, conforme atestado médico em anexo.

Do Dep. Ronaldo Carletto, comunicando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 07, 13 e 14/04/2009, conforme atestado médico em anexo.

Do Dep. Javier Alfaya, comunicando sua ausência nas sessões plenárias devido a intervenção cirúrgica no dia 08/04/2009 e ficará afastado pelo período de 15 dias, conforme atestado médico em anexo.

Do Dep. Sérgio Passos, comunicando sua ausência nas sessões plenárias nos dias 30 e 31 de março e nos dias 01 e 02 de abril de 2009, conforme atestado médico em anexo.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes do PCdoB para falar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, gostaria de saber de V.Ex^a, anunciado que foi como algo muito importante, quando vamos ter o prazer de votar um projeto de deputado no Plenário desta Casa?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido o mais breve possível, inclusive a Mesa Diretora já delegou a dois deputados, salvo engano os deputados Júnior Magalhães e Roberto Carlos, fazerem a programação junto aos Líderes partidários sobre a votação de 32 projetos oriundos dos Srs. Deputados. Portanto, acredito que, no mais tardar de amanhã a oito, já teremos votação de projetos dos deputados. Os projetos já passaram pela Comissão de Constituição e Justiça, pela Procuradoria desta Casa e já estão nas mãos do diretor Geraldo Mascarenhas. A Mesa Diretora já aprovou que dois parlamentares da Mesa façam as programações junto aos Líderes partidários para que os votemos semana que vem, deputado.

O Sr. Gilberto Brito:- Pergunto a V.Ex^a: se eu fizer essa indagação todos os dias, não serei muito inoportuno?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pelo contrário, as indagações de V.Ex^a sempre serão bem-vindas a esta Casa. V.Ex^a é um deputado realmente preocupado com esta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, debatendo sobre essa questão de ordem

do deputado Gilberto Brito, entendo que procedem as colocações e as preocupações deste deputado. Acredito que temos que fazer essa cobrança diariamente até o dia em que tivermos aqui a votação plena dos projetos dos parlamentares. Quando assumi a cadeira de deputado na legislatura passada, essa era uma das coisas que mais me incomodava, me incomodava mesmo, de verdade. Não podia entender por que uma Assembleia Legislativa não votava projetos de deputados. Como é que a principal função da instituição é legislar, e não legislava?! Então, isso me incomodava muito. Falava aqui cotidianamente sobre esse assunto.

Quando fui Líder da Oposição, ingressamos com mandado de segurança para que a Assembleia Legislativa votasse projetos de deputados. Conseguimos vitória. Nosso mandado de segurança foi julgado como procedente. Com essa ação, com mais diálogo que tivemos com o Líder do governo na época, Clóvis Ferraz, conseguimos votar alguns projetos de parlamentares, o que foi um avanço. Pela primeira vez nos últimos anos, votamos naquela oportunidade, projetos de parlamentares. A Assembleia Legislativa da Bahia era a única Assembleia Legislativa do Brasil que não votava projetos de deputados. Naquela oportunidade, houve um avanço. Projetos de parlamentares foram votados de forma precária, porque foram votados através de uma ação na Justiça, com o mandado de segurança que ingressamos, e através de um processo negocial em que colocamos em votação alguns projetos que foram aprovados e transformados em lei.

Após aquele processo, a tramitação dos projetos dos deputados ficou praticamente estagnada, então o problema continuou. Iniciamos nova legislatura. E nessa nova legislatura eu diria que também me incomoda não votar os projetos. Da mesma forma que o deputado Gilberto Brito corretamente, todos os dias, levanta essa questão, isso também me deixa muito incomodado. Eu não posso entender porque uma Assembleia Legislativa não vota os projetos dos parlamentares.

Mas podemos registrar, de certa forma, alguns avanços. E quais são eles? É que já foram distribuídos aproximadamente 800 projetos de parlamentares na Comissão de Constituição e Justiça para os seus respectivos relatores. Os projetos que chegam em minhas mãos para relatar, faço questão de devolver imediatamente. Alguns projetos já passaram pela Comissão de Constituição e Justiça, outros já passaram pelas comissões temáticas, mas ainda não chegaram ao plenário para serem votados definitivamente.

Não concordo que a regra geral da votação de projetos de parlamentares seja através de acordo. Faz-se um pacote, chegando aqui vota-se e transforma-se esses projetos em leis. Eu não concordo que a regra geral seja essa, embora admita fazer acordo em determinadas situações, em determinadas circunstâncias isso é correto. Mas o que devemos fazer no nosso cotidiano é que esses projetos tramitem de forma regular, fazendo o debate com a sociedade, passando pela Comissão de Constituição e Justiça, pela comissão temática, e, finalmente, chegando ao plenário para ser votado. Dessa forma teremos aprovado projetos de lei, com a contribuição e participação da sociedade que terá oportunidade de estar nas diversas fases de tramitação do projeto.

Portanto, como regra geral, defendo que os projetos tramitem normalmente não

através de acordo, embora admita se fazer acordo em determinadas situações.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz, futuro presidente da Unale, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, a crise que atinge hoje os municípios, os estados, o País e o mundo não é uma “marolinha” como sempre tem dito o presidente Lula, é uma grave crise, Sr. Presidente.

(Vários deputados conversam ao mesmo tempo.)

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, gostaria que me fosse assegurada a palavra, porque os deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, gostaria de assegurar a palavra do nobre deputado Clóvis Ferraz uma vez que o mesmo estava no congresso da Unale e traz informações muito importantes para este Parlamento.

A palavra de V.Ex^a está assegurada, deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Eu tenho informações importantes. Mas eu quero discutir mesmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a questão da crise que afeta hoje os municípios do estado da Bahia e do País como um todo. A crise não é uma marolinha como sempre tem dito o presidente Lula. A crise merece uma reflexão dos governantes municipais, estaduais ou federal; na área do Executivo principalmente e dos parlamentos em apoio a tais governantes.

Amanhã haverá uma marcha de prefeitos, como tem acontecido normalmente, a Brasília e tem acontecido em outros estados, principalmente depois da grande queda de arrecadação do FPM – Fundo de Participação dos Municípios – e FPE – Fundo de Participação dos Estados. Então, nada mais justo. Os prefeitos de muitas dessas prefeituras do estado da Bahia, já estiveram aqui nesta Assembleia.

Os prefeitos têm feito reuniões com a UPB – União das Prefeituras da Bahia – e das entidades locais, as associações regionais de municípios. As reuniões têm ocorrido aqui em Salvador com as presenças do presidente Lula e do governador Jaques Wagner, exatamente buscando soluções que venham minorar o problema da queda de receita dos municípios. Os municípios têm um comprometimento, pois tinham um orçamento já previsto para o ano de 2009 baseado na arrecadação de FPM. No entanto, houve esta queda brusca. Claro, há de serem buscadas soluções.

Porém, o presidente Lula tem acenado com soluções diferenciadas. Logo, precisava-se de que houvesse tido um subsídio à economia e também a retirada de alguns impostos. Só que isso afeta o FPM dos municípios e o FPE dos estados. Então, é preciso haver uma solução para esses problemas.

Os prefeitos irão fazer, através deste manifesto, é uma questão justa e uma questão lógica, pois eles estão buscando soluções para os seus municípios, porque o povo vive lá nos municípios. Por isso, achamos estranho e não concordamos com a postura do governador Jaques Wagner que tentou e sugeriu que os prefeitos do PT ou dos partidos coligados que apoiam o governo não viessem a esta manifestação.

Ora, este é um governo que se diz democrático, um governo que se diz republicano, mas, na prática, não têm sido essas as ações do governo e não têm sido essas as demonstrações do governo. E aqui, já houve casos na Assembleia Legislativa, em que o governo mostrou que não tem este republicanismo não. Na hora em que precisa, ele faz o rolo compressor funcionar. Ele está querendo fazer isso justamente com os prefeitos eleitos diretamente pelo povo, que têm a obrigação, e têm o dever de lutar pelos seus municípios e pelo povo que os elegeu. E vem o governador e tenta proibir a manifestação através de um ato, que, eu diria, autoritário. Seja qualquer autoridade que tente impedir uma manifestação justa, uma manifestação democrática, é o governo do PT que vem agora e proíbe os prefeitos do seu partido e coligados a seu partido, de virem à manifestação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- É uma manifestação democrática e merece o respeito e o apoio de todos nós. Por isso, nós a apoiamos plenamente e estaremos lá junto com os prefeitos nesta manifestação e justa. E, assim, nós repudiamos este ato de intolerância do governador de tentar proibir os prefeitos de virem a esta manifestação; aliás, não só do governador, mas qualquer autoridade que tente impedir um ato democrático é repudiável.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, por permuta, a nobre deputada Maria Luiza Laudano, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, peço desculpas pela dicção, pois fiz uma cirurgia e ainda estou com dificuldade para falar.

Não poderia deixar de estar aqui, neste momento, Srs. Deputados, Sr. Presidente, para expressar minha gratidão, meu agradecimento ao governador Jaques Wagner, que encaminhou para a nossa micareta de Pojuca uma grande equipe da Polícia Militar. Inclusive, recebemos a visita de Dr. Joselito Bispo, que foi a Pojuca juntamente com o diretor da área metropolitana da Polícia Civil. Lá, programou toda a equipe e enviou reforço.

Eu só tenho a agradecer, porque já recebemos, deputado Bira Corôa, um carro para servir à Polícia Civil no município, que, realmente, enfrentava dificuldades. Mas, graças a Deus, a micareta foi tranquila. Não esperávamos o grande fluxo de pessoas que lá compareceram, oriundas de várias cidades: Feira de Santana, Inhambupe, Alagoinhas, Nova Soure, Entre Rios, Cardeal da Silva, Mata de São João, Camaçari e Simões Filho. Foi, realmente, uma micareta com muita segurança, desde quinta-feira, à noite.

Quero agradecer também pela mudança do comandante da Polícia Militar. Hoje, temos um comandante que todos aqui já conhecem pelo nome: Bruno Sturaro. Ele chegou à cidade e já mostrou que a tranquilidade estava presente, fazendo *blitze*, caminhando com sua equipe, pondo viaturas em frente aos bancos, nas praças, e

abordando pessoas que chegavam à cidade. Enfim, foi uma tranquilidade.

Quero agradecer, também, ao comandante da Polícia de Choque, que lá esteve.

Acreditem, senhores, foi uma festa com ingestão de bebidas alcoólicas, pula-pula, bandas expressivas, e não tivemos qualquer caso grave.

Só tenho a dizer que o governador Jaques Wagner vem desenvolvendo o seu trabalho na segurança. E está aí a prova, pessoas de toda a região foram ao município somente para brincar, para se irmanar a todos nós.

Nós, realmente, programamos essa micareta, pedindo ao povo que lá estava, aos que moram em Pojuca e aos que vinham dos municípios vizinhos, que brincassem em paz, pois a festa fora preparada pela prefeita Gerusa Laudano apesar de enfrentar uma crise, porque em três meses Pojuca perdeu R\$ 2 milhões e 300 mil. Mas se fez uma contenção, para que pudéssemos desempenhar um trabalho profícuo e promissor.

Mas, deputado Clóvis Ferraz, V.Ex^a que é meu amigo de outros mandatos, eu não recebi qualquer telefonema, apesar de fazer parte da equipe do governo. Conto com uma prefeita também. Mas não recebi telefonema ou anúncio, nada, dizendo que amanhã não comparecesse, não viesse aqui. Realmente, estou estranhando essa afirmação de V.Ex^a de que houve essa comunicação para que os prefeitos não comparecessem.

Eu acho que o governador é democrático, o governador, antes de ser governo, era militante. Tenho certeza de que o governador não procederá dessa maneira, porque ele sabe que os prefeitos estão em dificuldade e arregaçar as mangas para desenvolver esse trabalho, para que as prefeituras resgatem essa perda.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputada.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Gostaria, Sr. Presidente, de agradecer a V.Ex^a a tolerância e dizer que estamos aí prontos para atender à democracia, porque somos democratas.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado professor Valdeci pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, teleouvintes do *Canal Assembleia*, público das Galerias, senhores e senhoras que nos ouvem através do sistema de som, uso a tribuna para repercutir a audiência pública de que participei no dia 23/04 à noite, no município de São Desidério, sobre segurança pública e organizada pela Igreja Católica Apostólica Romana, contando com a participação de mais de 300 pessoas, entre elas, o promotor da Comarca, Dr. Sinval, que iniciou o debate. Quero parabenizar os organizadores pela iniciativa.

Na minha fala, além de renovar o compromisso das indicações que fiz junto ao governo do Estado, também assumi indicar a construção de uma cadeia pública, nos moldes da construída em Formosa do Rio Preto. Também em São Desidério, nos dias

24 e 25, participei da II Feira da Agricultura Familiar, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Desidério, pelo Território do Rio Grande e pela Cooperativa Mista da Agricultura Familiar.

Participei de duas mesas sobre a agricultura, uma na sexta-feira, outra no sábado.

Durante a feira, que contou com o apoio científico da Uneb, *campus* de Barreiras, foram realizadas várias oficinas, sempre com o objetivo de dar subsídios ao trabalhador rural para plantar, colher e comercializar melhor. Outro tema interessante foi a habitação rural. Três municípios da região serão beneficiados: São Desidério, Santa Rita de Cássia e Baianópolis. É uma ação direta do governo federal para melhorar vida das pessoas que moram no meio rural.

Também estiveram presentes representantes do INSS, Adab, EBDA, Conab, sempre proferindo palestras educativas.

Outro município que visitei na semana passada foi Serra Dourada, onde 17 professoras foram transferidas de seu local de trabalho devido a perseguição política do Executivo municipal. Nosso mandato está dando total apoio aos trabalhadores em educação, que já ganharam na Justiça o mandado de segurança encaminhando por nosso advogado. Aqui da tribuna, quero manifestar meu total apoio aos trabalhadores em educação da rede municipal de Serra Dourada.

Em relação à marcha dos prefeitos, amanhã, organizada pela entidade classe, quero dizer em alto e bom som aqui da tribuna que o governador, em momento algum, solicitou aos prefeitos do Partido dos Trabalhadores que não viessem, até porque sabe da sua autonomia. Eu tenho contato direto com cinco prefeitos do PT da minha região e nenhum recebeu um telefonema ou qualquer coisa parecida para não comparecer.

O governador é democrático e já falou isso em tribuna. Temos que ter responsabilidade nas nossas falas. Não ouvi dizer e tenho certeza de que os prefeitos de Feira da Mata, Paratinga, Canápolis, Santa Maria e Wanderlei não receberam nenhuma ligação do governador a respeito de amanhã. Se eles quiserem vir que venham, porque têm autonomia para tanto.

É uma entidade de classe e nós, tanto do Executivo como Legislativo, temos que respeitar. É bom que seja dito isso. Agora, o Partido dos Trabalhadores, em reunião com os prefeitos, na semana passada, tomou uma posição que é de conhecimento público. Acho que tem que ser colocado o que é verídico e não, hipótese.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Imprensa presente, galeria, eu ainda irei abordar, com maiores detalhes no Grande Expediente, um assunto sobre o qual me debrucei nesse final de semana, acerca da

grave crise econômica que atinge os municípios brasileiros.

É sabido pela grande população que a maioria dos tributos, deputado José Nunes, V.Ex^a que é um homem afeito à questão tributária, sabedor, 60% de todos os recursos, tributos e impostos gerados no País são concentrados na mão do governo federal; outros 25% são geridos e destinados aos estados, cabendo tão somente aos Municípios 15%, deputado Clóvis Ferraz, de toda a receita tributária gerida no País.

Sabedores somos que a maioria desses municípios, principalmente com população até oitenta mil habitantes, que é a grande maioria dos municípios brasileiros e baianos, têm como principal fonte de receita as chamadas transferências constitucionais, que são o FPM, oriunda do IPI e do Imposto de Renda, e o ICMS, que é uma transferência dos estados para os municípios.

Na grande maioria deles, e a realidade baiana não é distinta do resto do País, praticamente são nulas ou inexistentes as chamadas receitas próprias, deputada Maria Luiza, a exemplo do IPTU, do ISS, do ITIV, que são tributos próprios de competência municipal mas, praticamente, não se arrecada quase nada, em relação à atividade econômica dos nossos municípios, e, efetivamente, quando um momento como esse, diante da dependência quase que vital das chamadas transferências constitucionais, quando o governo federal resolve baixar ou desonerar a carga tributária de determinados impostos, principalmente do IPI, para promover ou estimular a atividade automobilística do nosso País e a diminuição da alíquota do Imposto de Renda, isso vai frontalmente abater a realidade já tão combalida dos municípios brasileiros e baianos.

Vale dizer, deputado Bira Corôa, que dessa renúncia, deputado José Nunes, em que o governo federal exonerou o IPI e as alíquotas do Imposto de Renda, que promoveu uma redução de 8,9 bilhões de reais, praticamente 53% desses recursos deixaram de ir para os estados e para os municípios. Isso demonstra que esse gesto, com chapéu alheio, acabou sendo bancado e custeado pelos estados e, principalmente, pelos municípios do nosso Estado e do nosso País.

Essa realidade levou, desde o último trimestre, a uma movimentação clara, legítima, de uma série de prefeitos que, inclusive, chegaram a ser, em determinados momentos, recebidos pelo próprio Presidente Lula, numa marcha nacional dos prefeitos, que ocorreu no mês de abril deste ano; marcha essa, Deputado Clóvis Ferraz, que encontra legitimidade, até porque essa é a grande realidade dos municípios, a exemplo do estado paranaense onde, recentemente, os prefeitos locais, como manifestação, decretaram um dia de fechamento de suas portas como protesto à redução dessa carga tributária e que, no primeiro momento, foi por protesto, não tenho dúvida de que, mantida a perversa distribuição de receitas do nosso País, os municípios terão que fechar as portas por força da desigualdade econômica, deputado Marcelo Nilo.

Aqui na Bahia os Prefeitos, legitimamente, percebendo a dificuldade diária...Porque nós, deputado Marcelo Nilo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Concluirei. V.Ex^a que é Presidente

desta Casa sabe que os deputados, muitas vezes, estão na esfera política resguardados do dia-a-dia da atividade política. Quem sofre com a realidade do município são os prefeitos. Aqui temos diversos deputados que foram prefeitos, a exemplo dos deputados Zé Nunes, Gilberto Brito e Maria Luiza, e eles sabem da dificuldade e da dura realidade que enfrenta o prefeito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Concluirei Sr. Presidente. Acho que nesse momento não pode haver nenhum tipo de conotação político-partidária. A Casa Legislativa da Bahia, deputado Marcelo Nilo, na sua pessoa enquanto Presidente, tem que se mostrar solidária a esse momento legítimo dos prefeitos, até porque atinge a população diretamente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Principalmente a mais carente do nosso Estado. Voltarei em breve para discorrer sobre a matéria, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o 2º vice-presidente, deputado Fernando Torres, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Eliana Boaventura, deputada da minha terra, Feira de Santana, aqui presente, subo à Tribuna feliz em saber do encontro ocorrido no Município de Saúde que contou com a presença do prefeito João Henrique, do senador César Borges, do deputado ACM Neto e do ex e futuro governador Paulo Souto.

Nesse encontro pudemos perceber que a Oposição está afinada no caminho que foi traçado. Caminho este que levará o ex-governador Paulo Souto, novamente, ao Palácio de Ondina, deputado Clóvis Ferraz. Com certeza na próxima data o Sr. estará aqui e poderá estar sentado na cadeira ocupada, hoje, por Marcelo Nilo, como já esteve há um tempo atrás. No mandato anterior V.Exª foi presidente desta Casa, e um bom presidente.

Não que eu não queira Marcelo Nilo, novamente, presidente, mas o Grupo Político de Marcelo Nilo está “descendo a ladeira”. E “descendo a ladeira” sabemos que todos descem sem exceção.

Marcelo, hoje, chegou animado aqui na Casa dizendo que amanhã, na marcha, não haverá sequer 150 Prefeitos. Eu aposto que serão mais de 300, deputado, porque os prefeitos estão com a “cuia na mão”.

Agradeço ao presidente Lula e ao governador Jaques Wagner que liberaram o IPI dos materiais de construção. Foi bom para o setor, - eu que trabalho com lojas de materiais de construção -, mas liberou tirando das pequenas prefeituras do interior a sua fonte de arrecadação.

As prefeituras não tem mais de onde tirar dinheiro, e estão “fechando no vermelho”, deputada Maria Luiza. Os prefeitos não estão satisfeitos e estarão, amanhã, na marcha reivindicando. Eles não estão brigando com o governo, em

hipótese nenhuma. Um governo tão democrático como o do PT...

O governador Jaques Wagner que tanto pregou uma democracia na Bahia não deixa os prefeitos reivindicarem melhorias para o seu município. Eu não acredito nisso! Eu não acredito que um governador que sempre pregou o sindicato forte, que sempre quis um sindicato forte... E o sindicato dos prefeitos, muito bem gerido pelo prefeito de Bom Jesus da Lapa, Roberto Maia, é um sindicato forte. O governador não quer que o sindicato ande, faça uma marcha, uma caminhada, pedindo clemência ao governador da Bahia e querendo mostrar à população que as prefeituras estão falidas. Isso é um absurdo.

Vejo aqui o deputado Capitão Tadeu, deputado, a segurança pública de Feira de Santana está um caos. Nesse final de semana, morreram 5 pessoas, só no bairro da Rua Nova, foram 3 assassinatos. Deputada Eliana Boaventura, sei que V.Ex^a é uma deputada que cobra, que não ouve governador ele estando errado, policiais estão morrendo. V.Ex^a esteve no enterro do policial Aroeira e viu os policiais revoltados, e V.Ex^a teve coragem de ir. Sei que V.Ex^a não é como alguns deputados que ficam puxando o saco do governo, sabendo que está errado, e não vai reivindicar benfeitoria para o sindicato que representa, sei que V.Ex^a é uma deputada corajosa.

Feira de Santana está realmente um caos. Hoje, nem a polícia, deputado Gilberto Brito, que é para dar segurança, está tranquila. Até os policiais estão com medo de morrer em Feira de Santana.

Quero dizer que, amanhã, vai haver 300 prefeitos na caminhada, porque os prefeitos não têm medo do governo, que sempre pregou sindicatos fortes e não quer que o sindicato dos prefeitos seja forte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas Maria Luiza e Eliana, deputados Gilberto Brito e Capitão Tadeu, que são da área de segurança pública, que tanto a defendem aqui desta tribuna, mais um crime bárbaro, de tantos a que assistimos diariamente nas televisões, aconteceu esta semana em Salvador, para não falar de centenas e de milhares, acho que, nesses 3 meses, 800 vidas já se foram neste Estado, como o crime de um engenheiro da Ford, que conheci pela imprensa e com que ninguém se choca.

Deputados Capitão Tadeu e Gilberto Brito, V.Ex^{as} poderiam me auxiliar, porque não consigo entender esse crime bárbaro, e aqui todos os dias falamos de um, amanhã, acontece outro e vai ficando por isso mesmo.

Aconteceu o crime do deputado Maurício Cotrim, colega de vários desta Casa e ficou por isso mesmo. Mataram a mulher do deputado, houve um estardalhaço aqui em alguns pronunciamentos, e ninguém fala mais nisso, ninguém sabe o resultado, ninguém está preso.

Mas, nesse crime bárbaro, segundo ouvi falar, em um posto de gasolina em

Lauro de Freitas, um engenheiro, gerente da Ford, paulista residente neste Estado, encostou em um carro, e os ocupantes, pelo que consta, pelo que ouvi dizer, eram ciganos e queriam que o engenheiro pagasse o dano na mesma hora. E por não assumir ou não ter dinheiro em mão naquele momento, deputado Gildásio, foi assassinado barbaramente.

Eu pergunto, deputado Gilberto, V.Ex^a que já foi delegado, Capitão Tadeu, que é da Polícia Militar, eu sei que o governador, o secretário da Segurança Pública, o delegado-chefe não podem resolver o problema da segurança de um dia para o outro, agora, essa categoria, até as crianças recém-nascidas sabem que esses ciganos estão acima do bem e do mal. Onde está a polícia, que não tem coragem de desarmar esse bando de bandidos? Onde está o secretário da Segurança Pública?

Mesmo não sendo da área da Segurança, sei que não é fácil resolver esse tipo de problema. Mas tenho certeza absoluta de que se o secretário determinar que sejam feitas buscas nas residências desses ciganos, onde eles ficam, que todo mundo sabe...

Deputado Gilberto Brito, se V.Ex^a for a Guarajuba, mais especificamente à feira de Monte Gordo, vai ver que eles estão lá em comunidade. E tenho certeza de que se for feita uma batida, se constatará que todos estão armados, cometendo assassinatos bárbaros, como vemos todos os dias. Nesse último caso, o assassino é um rapaz de 21 anos que estava armado, em pleno dia de semana, porque sabia que a polícia não faz nada, que não tem *blitz*; se tem, soltam na mesma hora.

Sei perfeitamente que a polícia não tem condições de resolver todos os problemas da Bahia, que são complexos e graves, mas tem certos casos, deputados Gilberto e Capitão Tadeu... Tenho certeza de que, por mais irresponsáveis que sejam, se houvesse batidas diárias ou semanais onde eles ficam ou até no trânsito, em Salvador, aleatoriamente – mesmo o cidadão de bem pagando o preço de ser importunado –, não correríamos tanto risco.

O que aconteceu com o engenheiro pode ocorrer comigo ou com qualquer um de nós. Ninguém está livre, num trânsito louco desses, de encostar no carro de um irresponsável que vive acima das leis. E ninguém faz nada – refiro-me àqueles que são obrigados a fazer, ou seja, o secretário da Segurança e a Polícia Militar –, deixando os criminosos andando por aí armados.

Vocês sabem perfeitamente do que falo, até recém-nascido sabe disso: se dessem umas batidas policiais – mas não é uma vez por ano, não, tem de ser toda semana ou todos os dias –, tenho certeza absoluta de que eles pensariam duas vezes antes de andar armados. E assim se evitaria que tirassem a vida de um pai de família...

Presidente, faltam 3 minutos. Vou concluir nesse tempo.

(...) que morreu por ter encostado no carro de um marginal desse porte, deixando filhos menores e viúva. O engenheiro se comprometeu a pagar, mas o cigano queria que pagasse na mesma hora. Todos armados! E onde está a lei do porte de arma? Eu, porque tenho responsabilidade, não ando armado. Sei que os demais deputados desta Casa também não andam.

Você está sujeito a encostar num carro, não é impossível, e ser morto

barbaramente por um marginal dessa comunidade. Sempre se ouve falar: “Matou em tal lugar”, e vai ficando por isso mesmo. Numa altura dessas, deputado Zé Nunes, já se apresentou com um advogado e está aí para cometer outros crimes bárbaros. E sei que ninguém se importa mais, ninguém se assombra, porque todos os dias está nos jornais, todos os dias está nas televisões.

A próxima vez que eu estiver com o governador vou sugerir que ele determine ao Sr. Secretário da Segurança que tenha pulso firme. Sei que não ia eliminar, mas se eles ficassem sabendo que poderiam ser flagrados, já que a lei diz que quem andar armado sem porte vai ser preso, pelo menos parariam de cometer tantos assassinatos como esses que vemos todos os dias.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Falta apenas um minuto. Vamos entrar no Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho, pelo tempo de até 25 minutos.

Antes, convido o deputado Rogério Andrade para presidir a sessão.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, retorno a esta tribuna para dar continuação a esse tema que estou abordando hoje.

A realidade dos municípios brasileiros, de modo especial a dos municípios baianos, com o agravamento da crise econômica, vai, frontalmente, combalir as já tão enfraquecidas receitas municipais. Vale situar que, embora a redução do FPM em diversos estados da federação seja uniforme, deputado Clóvis Ferraz, em alguns municípios brasileiros, essa realidade se torna muito mais grave, porque enquanto os estados do Sudeste do nosso País têm como principal fonte de receita o ICMS e outras receitas próprias, nos estados nordestinos, deputado José Nunes, o FPM é de vital importância para a sobrevivência financeira dos seus municípios.

Enquanto para São Paulo, por exemplo, o Fundo de Participação dos Municípios representa tão somente 8,5% do que arrecada esse estado, para o Acre ele representa 34% das receitas e para o Maranhão, 32%. Portanto, embora seja linear essa redução das alíquotas do Imposto de Renda e da desoneração de determinados tributos com relação ao IPI, deputado José Nunes, em estados nordestinos a realidade é muito cruel com os prefeitos e os habitantes de seus municípios.

É importante destacar que dessa desoneração de tributos feita recentemente pelo governo federal com relação ao IPI, ao imposto de renda gerou uma dispensa de R\$ 8,9 bilhões nos cofres públicos brasileiros. Mas, para os municípios,

especificamente, ela atingiu a realidade de R\$ 2,1 bilhões de reais, comprometendo ainda mais a combatida atividade financeira dos municípios do nosso País.

Acompanhamos, recentemente, o esforço de diversos prefeitos de municípios brasileiros, que marcharam, unidos, para a capital federal, este mês, na chamada Marcha Nacional dos Prefeitos, e o governo federal deu como solução imediata ou, pelos menos, criou uma expectativa de resolução dos problemas deles, a aprovação de uma medida provisória que trataria da possibilidade de reembolsar R\$ 1 bilhão a serem divididos pelos mais de 5.500 municípios brasileiros.

Tive cuidado de ater-me aos números, e, perceba, deputado José Nunes, como está cruel a posição dos prefeitos municipais da maioria dos estados nordestinos, e, de modo especial, dos prefeitos dos municípios do estado baiano. O presidente vai à televisão e anuncia a liberação de R\$ 1 bilhão, o que, num primeiro momento, gera para o telespectador a impressão de ser uma cifra vultosa, chama a atenção pela grandeza da cifra, mas quando vamos fazer um detalhamento da realidade, do que efetivamente será distribuído, deputado Clóvis Ferraz, desse R\$ 1 bilhão para os diversos municípios brasileiros - e tive o cuidado de me ater ao Estado baiano -, é lamentável a uma situação difícil com a qual o prefeito municipal vai ter que conviver.

De um lado, o presidente da República colocando, através da mídia nacional, que está transferindo R\$ 1 bilhão para os cofres municipais. O prefeito se anima, a população volta a ter uma expectativa de que os serviços serão retomados, que a saúde pública será, novamente, feita com assistência regular, que o sistema de transporte público será realizado, que a coleta do lixo será normalizada, mas, deputado Clóvis Ferraz, quando os prefeitos vão ver a realidade, deputado José Nunes, vem uma decepção generalizada.

Municípios baianos, por exemplo, que têm índice 0.6 terão, se aprovada esta medida provisória, um aumento de receita no primeiro trimestre – levando, praticamente, 60% desse recurso, deputada Maria Luiza –, um repasse de R\$ 60 mil em três meses, que darão de R\$ 20 mil por mês apenas, deputado José Nunes, por cada município que será abastecido com essa nova cifra, deputado Clóvis Ferraz. Apenas R\$ 20 mil é o que será repassado para os municípios com índice 0.6, o que corresponde, hoje, na Bahia a 74 municípios do interior.

V.Ex^a, deputado José Nunes, que é um homem atento aos números, sabe quanto foi a perda desses municípios no primeiro trimestre, deputado Clóvis Ferraz, em relação ao primeiro trimestre do ano de 2008? Perdeu-se nada mais, nada menos do que R\$ 230 mil em relação ao apurado no primeiro trimestre de 2008.

O governo federal apresenta uma solução mágica e gera uma expectativa que pode, muitas vezes... E este é o grande receio, porque já percebo, deputado José Nunes, o movimento de determinados prefeitos que irão devolver o recurso ao sistema do País, ao Tesouro Nacional. Por que, efetivamente, o discurso está feito, e o presidente Lula se coloca como o grande benfeitor, o grande responsável por este gesto benevolente de salvação dos municípios, e a população acredita que os recursos vão chegar aos cofres municipais, mas a realidade é de uma dureza fria, porque a

maioria dos municípios não terá sequer 30% das suas receitas renovadas com este gesto do governo federal.

O Sr. José Nunes:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Com o aparte o deputado José Nunes.

O Sr. José Nunes:- Nobre deputado Gilberto Penedo, V.Ex^a faz um discurso brilhante em defesa dos municípios do Brasil, que, na verdade, passam por um momento de grande dificuldade. E o presidente da República acena com a possibilidade de devolver aos municípios aquilo que foi perdido em função da redução do IPI para os automóveis e, agora, para os materiais de construção e para a linha branca, que são geladeiras, fogões, etc. Na verdade, como bem disse V.Ex^a, o prejuízo, hoje, para os municípios já é da ordem de, aproximadamente, R\$ 2 bilhões, e o presidente acena com a possibilidade de uma devolução de apenas metade, ou seja, R\$ 1 bilhão.

E se eu fosse dividir isso por quase 5.600 municípios do Brasil teríamos em torno de R\$ 170 mil por cada município, o que quer dizer que os pequenos municípios certamente ficariam, como foi dito por V.Ex^a, com apenas R\$ 60 mil no trimestre, correspondendo a R\$ 20 mil por mês, o que, realmente, iria frustrar a expectativa dos prefeitos e também da população desses municípios, que vivem exatamente do FPM, do ICMS. Hoje, vemos com tristeza o presidente da República fazendo cortesia com o chapéu alheio, reduzindo justamente a parte dos tributos que cabe aos municípios.

Sabe-se que o IPI e o Imposto de Renda são repartidos com os municípios, pois formam o bolo do FPM. Por isso, como já tive a oportunidade de dizer em discurso, o presidente teria uma forma mais justa de fazer essa cortesia – ou então não a fizesse com o chapéu dos outros –, que seria, em vez de diminuir o IPI, a redução do PIS/Cofins, que é uma contribuição do governo, e de outras contribuições que a Constituição prevê que não são divididas com os estados e municípios.

Chegamos a achar que é uma sabedoria do governo federal essa redução do IPI em vez de reduzir o PIS/Cofins. Por exemplo, nos automóveis, que têm um volume muito grande de recursos, ele dispensou o IPI; já nas motos, que é um recurso bem pequeno, houve uma redução do Cofins.

Por que não fez o inverso, reduzindo o Cofins dos automóveis e o IPI das motos? Faz essa sabedoria para depois dizer: “Nobres prefeitos, estou solidário com os senhores diante da redução da receita, estou aqui para colaborar”. Mas acena somente para 50% das perdas dos municípios.

Muito obrigado, nobre deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Deputado José Nunes, incorporo o seu brilhante aparte, enriquecido de números que mostram a preocupação e o conteúdo que V.Ex^a tem acerca dessa matéria.

Se o governo federal tivesse, de fato, a intenção verdadeira de ajudar não os prefeitos, mas a população – até porque o contribuinte, o cidadão reside e trabalha na área municipal –, teria outras formas muito mais significativas e colaborativas. Deputado Zé Nunes, além da chamada arrecadação própria, derivada das

contribuições que o governo federal não compartilha com os estados e os municípios, a União poderia colaborar, se essa fosse sua verdadeira intenção, mexendo num ponto que atualmente aflige os municípios: o INSS.

Estamos vendo municípios praticamente amordaçados em relação às chamadas receitas constituídas, pois 20% são obrigatoriamente vinculados à Educação; 15% à Saúde. Além disso, em média, eles gastam 47% das suas receitas com o funcionalismo público. Então restam pouco mais de 11% para investimentos, deputado Zé Nunes. Portanto a questão previdenciária é o grande nó que precisaria ser esclarecido neste momento.

Temos uma realidade duríssima na Bahia. Temos dados que comprovam, deputados José Nunes e Zé Neto, que a dívida dos municípios baianos, deputado Misael Neto, nobre Líder do Democratas nesta Casa, é a segunda maior da Federação. Perde apenas para o Estado de São Paulo, que tem uma dívida de 5 bilhões e 40 milhões. As prefeituras baianas têm dívidas com o INSS de R\$ 3,4 bilhões. Entre os estados do Norte/Nordeste, somos, infelizmente, o que tem mais dívidas com a Previdência.

Se o governo federal quisesse realmente prestar uma ajuda, uma colaboração aos municípios, então que pudesse rever, deputado Paulo Câmara, as dívidas, a prorrogação, o parcelamento e, quem sabe, a mudança das taxas de correção das dívidas municipais com a Previdência. Essa correção, hoje, é feita pela Selic, mas deveria ser pela TJLP, o que diminuiria essas dívidas e, conseqüentemente, alongaria o prazo de quitação, deputados Arthur Maia.

É lamentável vermos a encenação que, hoje, o governo federal faz com relação à realidade dos municípios. Não há como dizer, neste momento, que faltam recursos do governo federal, porque, se faltam, é só para atender às demandas municipais, deputado Zé Nunes, pois não falta dinheiro para emprestar ao Fundo Monetário Internacional. Recentemente, vimos o presidente Lula, em tom de quase deboche, dizer que queria entrar para a história, deputado Zé Neto, emprestando dinheiro ao Fundo Monetário Internacional.

São dados do ministro da Fazenda, Guido Mantega, deputado Clóvis Ferraz, que anuncia que o Brasil pode emprestar ao FMI US\$ 4,5 bilhões, que correspondem a quase R\$ 10 bilhões de reais, para satisfazer à vaidade e à arrogância do presidente Lula, que quer ser o primeiro presidente da história do Brasil a emprestar dinheiro ao Fundo Monetário Internacional. Não há dinheiro para solucionar os grandes problemas que afligem o País, como os das áreas de infra-estrutura e saúde pública do nosso Estado, mas, para satisfazer o ego e os interesses vaidosos do presidente Lula, existem R\$ 10 bilhões, conforme foi divulgado, recentemente, pela imprensa nacional, deputado Clóvis Ferraz.

É lamentável presenciarmos essa encenação política do presidente Lula, porque, se, de fato, quisesse, ele poderia colaborar com a realidade dura de quem menos recebe e mais sofre com a arrecadação de tributos, porque, deputado Zé Neto, que é um homem antenado, um deputado inteligente e preparado, 65% de toda arrecadação da União vão para os cofres federais, 25% para os estaduais, restando

apenas 15% para as combatidas e famigeradas receitas municipais.

Com o aparte deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Nobre deputado Gildásio Penedo, V.Ex^a faz um brilhante pronunciamento, com dados estatísticos, técnicos, mostrando a realidade do País, da distribuição dos impostos e a perversa relação com um País que se diz uma federação...aliás, o Brasil é o único país que tem o nome de República Federativa e o único que não pratica o federalismo, nobre deputado. Em todos os setores, na área tributária e na de distribuição de receitas, como V.Ex^a bem disse, a realidade é extremamente perversa. A Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, distribuiu diversos deveres obrigações para municípios e estados, mas concentrou recursos na mão do governo federal. Hoje, essa realidade – como V.Ex^a disse – é perversa e tem que ser mudada.

Neste País, o governo federal, a Federação não tem atendado para as diversas situações – e não estou falando apenas do governo de Lula, não! –, ao longo do tempo, com o desenvolvimento regional sustentável, para apoiar as regiões deprimidas economicamente, como as Norte e Nordeste, no desenvolvimento sustentável. Então é uma política perversa.

Hoje a realidade dos municípios é dura, deputado. Quando os prefeitos vão, em marcha, a Brasília, o governo – como V.Ex^a mesmo disse – faz promessas que não estão sendo cumpridas. O presidente Lula, que já havia dito que a crise era uma marolinha, numa reunião, em Salvador, há pouco tempo, com prefeitos de cidades de estados do Nordeste, inclusive da Bahia, disse aos prefeitos: “Sei que vocês estão comendo o pão que o diabo amassou”. Entretanto, ele não resolve nada. Promete R\$ 1bilhão para compensar o que ele está fazendo com o IPI, com o imposto de renda, diminuindo e com isso tirando receita das prefeituras que forma o bolo do FPM. Faz a promessa e não cumpre. É isso que os prefeitos têm que fazer: pressionar.

Por isso somos solidários com o movimento dos prefeitos, eles que estão sofrendo na pele porque sabem a realidade dos seus munícipes, por isso têm o dever e o direito democrático de fazer a marcha, de reivindicar junto ao governo estadual, junto às instâncias, sejam quais forem, dos poderes, ao governo federal para que neste momento de crise, não só nacional, de crise mundial, venha a socorrer os municípios para que não fechem as portas das prefeituras.

Muito obrigado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Deputado Clóvis Ferraz, incorporo o aparte de V.Ex^a que também muito ilustra o que defendemos nesta tarde, e tendo como necessária, como legítima, como vital essa mobilização dos prefeitos no sentido de chamar a atenção do governo federal como também do governo estadual para que possam neste momento serem sensíveis concretamente à realidade.

Tivemos conhecimento recentemente de que o governo federal resolveu abrir os cofres para diversos Estados brasileiros. A Bahia, talvez pela ligação político-partidária, foi um dos Estados que a princípio se mostrou mais beneficiário desse financiamento, deputado Clóvis Ferraz. Junto ao BNDES quase 380 milhões de reais virão para os cofres do governo estadual, talvez numa tentativa de equalizar as

finanças da economia baiana que se têm mostrado neste momento extremamente deficitárias e complicadas.

Espera-se agora o mesmo gesto do governo baiano com a realidade dos municípios, muito diferente inclusive da postura que o Partido dos Trabalhadores se arvorou de tomar recentemente, deputado Paulo Azi, quando, de certa forma, quis desestimular a marcha, inclusive incentivar o boicote a esse movimento legítimo que não poderia ter nenhum tipo de conotação político-partidária, deputado Arthur Maia.

E não tenho dúvida de que o propósito do seu presidente nada mais é do que chamar a atenção das autoridades competentes da grave crise que vive e convive a realidade dos municípios. O PT quis partidarizar, o PT que era no passado bem próximo incentivador contumaz dos movimentos legítimos, dos movimentos sociais, de categorias importantes, neste momento, num pequeno gesto de demonstração, deputada Fátima Nunes, o PT, não sei se de forma truncada ou equivocada, tentou, na pior das hipóteses, refazer o discurso, mas o fato é que acabou desestimulando a vinda. Acho legítima, estarei amanhã ao lado dos prefeitos municipais, porque estando ao lado dos prefeitos municipais, estou ao lado, deputado Clóvis Ferraz, de 75 mil baianos que me conferiram legitimamente o mandato aqui nesta Casa Legislativa.

O Sr. Arthur Maia:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Com o aparte o deputado Arthur Maia.

O Sr. Arthur Maia:- Meu caro deputado Gildásio Penedo, ao tempo em que quero parabenizá-lo pela solidez e consistência do grande debate que V.Ex^a promove no seu pronunciamento hoje com vários apartes, trazendo elementos absolutamente verdadeiros acerca da economia da Bahia, quero dizer a V.Ex^a nessa finalização do seu pronunciamento, o tempo já se esgota, que acima de qualquer coisa em relação à mobilização de amanhã, que se trata de uma mobilização direcionada a provocar um debate com o governo da Bahia. Existem aqueles que querem dizer que se trata de um ato contra o governo Lula, absolutamente. O governo Lula está de parabéns, porque quando os prefeitos se mobilizaram em Brasília foram recebidos pela Presidência da República, as suas reivindicações já foram em parte acolhidas e a conversa com o governo federal está adiantada. Aqui na Bahia que, infelizmente, até agora, apesar de os prefeitos haverem protocolado um documento com várias solicitações não tiveram nenhuma resposta. De sorte que este movimento de amanhã visa, sobretudo, sensibilizar o governo para que se disponha a discutir esta triste crise que o municipalismo baiano vem sofrendo.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Incorporo o seu aparte, deputado Arthur Maia, a minha fala.

Para concluir o nosso pronunciamento, entendemos como extremamente desnecessária, equivocada, a tentativa do Partido dos Trabalhadores, seja ela realizada pelo seu presidente ou pela intervenção de alguns deputados. É extremamente desastrosa, deputados Rogério Andrade e Zé Neto, porque não faz justiça aos milhares e milhares de baianos que estão, neste momento, sofrendo com a redução dos serviços prestados pelos poderes públicos municipais. Quem está sofrendo neste

momento não são os prefeitos do PMDB, do Democratas, do PT, do PSDB, não são eles os maiores prejudicados. Os grandes prejudicados neste momento são os habitantes que vivem a realidade dos municípios...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) São os feirenses, deputado Zé Neto, que poderiam ter uma administração ainda mais exitosa e mais profícua com o prefeito Tarcízio Pimenta. Seria muito mais exitosa se Pojuca, por exemplo, deputada Maria Luiza, como bem colocou V.Ex^a, não tivesse deixado de arrecadar, deputado Clóvis Ferraz, em três meses, mais de dois milhões de reais, que poderiam ter sido investidos em assistência à população carente do nosso Estado.

Portanto, em homenagem a 13 milhões de baianos e de modo muito especial aos 75 mil moradores e eleitores baianos que me conferiram o mandato eletivo...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Sr. Deputado, queira concluir por gentileza o pronunciamento de V.Ex^a.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- (...) estarei amanhã em consonância com os reclames e com os apelos, muito legitimamente realizados pelos prefeitos em nome das populações que representam.

Muito obrigado pela tolerância de V.Ex^a, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou representante do PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei por 5 minutos e o deputado Zé Neto por igual tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Zé Neto, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, primeiro quero dizer ao deputado Gildásio Penedo que o prefeito Tarcízio Pimenta não tem do que reclamar. Lá, na Micareta, ajudamos muito na ampliação da segurança pública e deu tudo certinho. A respeito da dengue, o governo do Estado sentou à mesma mesa com o secretário da Saúde do município, com o Clériston de Andrade, com o D. Pedro de Alcântara, com o secretário da Saúde do Estado e as coisas estão sob controle. Na Embasa, fizemos um bom convênio agora com o município e vamos encaminhar pelo menos mais um milhão e pouco, quase dois milhões, até o mês de junho, para trabalhar com o município e não ter dificuldade. É do outro partido, mas aqui mudou a história. Hoje anunciamos 500 casas pela Caixa Econômica Federal e vamos, junto com o governo Lula, trazer para Feira de Santana sete mil e 500 casas. Partido é partido, política é política, nessa hora o presidente Lula e o governo Wagner já deram o tom de um novo Brasil, de uma nova Bahia.

Lembrar que esses que são municipalistas de última hora...! De última hora, porque, quando vejo Paulo Souto e César Borges municipalistas, é que esqueceram

que com o SAMU em Feira de Santana aconteceu muito isso. Não era repassado aos municípios, no espaço de dois anos, algo em torno de 15 milhões e meio de recursos, não vinham sendo passados pelo SAMU. Só em Feira de Santana pagamos um milhão e 700 mil reais de débito de Saúde da Família do governo Paulo Souto, que deixou uma dívida de farmácia básica de R\$ 39 milhões e gastou apenas R\$ 4 418 em 2007. Nós clicamos em 2007 R\$ 13,5 milhões; em 2008, R\$ 21 milhões; em 2009, vamos avançar.

Após 13 anos de o governo federal ter criado o repasse de recursos aos municípios na modalidade do Fundo para a Saúde, o Estado da Bahia ainda não tinha constituído sequer esse instrumento que é impor tantíssimo para passar recursos para os municípios. E, agora, já estamos com ele construído e passando recursos.

Minha gente, é bom lembrar que essas coisas vão passando, recebemos 283 convênios assinados na gestão passada, quase todos com os municípios que não repassaram o total de débito, cerca de 17 bilhões que foram sendo pagos a partir de 2006.

Então tem muita coisa que é dita aqui na conversa fiada, tem uma nota técnica sobre o Programa da Saúde da Família. Em Feira de Santana, encontramos 1 milhão e 700, um ano e meio sem repasse para o município de Feira, os municipalistas que amanhã vão para os municípios... outra coisa que quero lembrar aqui, e é bom que as coisas sejam colocadas em bom nível, transporte escolar, vejamos: em 2006 o valor empenhado foi de 9,5 milhões, encontramos centenas de convênios assinados, engavetados e não pagos; hoje, ouvi essa conversa de alguém da UPB sobre o transporte escolar. Em 2007, conhecendo a obrigação do Estado e as dificuldades dos municípios pagamos quase 18 milhões, 17 milhões e meio; em 2008, empenhamos 26 milhões e, para 2009, somente o orçamento é de 33 milhões.

Portanto, 3,5 vezes maior do que encontramos. Ora, dificuldades temos e sabemos, e o IPI? Só querem aparecer com Lula na hora da foto, na hora do recurso. A minha vó dizia que para saber quem é o companheiro é preciso comer sal juntos, só querem mel e açúcar. Essa história de satanás pegando quaresma está para mim muito claro, amanhã é bom que tenhamos consciência do que temos que fazer com o nosso Brasil que atravessa uma crise e que de pé no chão está ensinando ao mundo que o dever de casa foi feito.

Sr. Presidente, evidente que a queda do IPI afeta os municípios e afeta o Estado, mas uma coisa é certa: estamos buscando acelerar a economia, e agora nos dois últimos meses os bons sinais começam a ser apresentados, que venham as dificuldades, mas que não percamos de vista a coerência e tenhamos a consciência de saber quem são os oportunistas e quem são aqueles que querem construir não um governo diferente, mas um Estado melhor para todo o País.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, volto a comentar sobre a crise

mundial que também atinge o nosso País e naturalmente atingiu o Estado da Bahia.

É importante ressaltar que o enfrentamento da crise se dá em melhores condições do que seria nos anos neoliberais de Collor e Fernando Henrique Cardoso. Vejamos um exemplo: um dos principais sustentáculos para o enfrentamento da crise no nosso País diz respeito às nossas estatais, principalmente a Petrobras e os bancos públicos federais. Os bancos públicos estavam sendo desmantelados nos governos neoliberais de Fernando Henrique e de Collor, estavam sendo privatizados, para se ter uma ideia, o Banco do Nordeste do Brasil, em 2002, financiou através do Fundo de desenvolvimento do Nordeste 76 milhões de reais; em 2008, o Banco do Nordeste aplicou, do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste no Estado da Bahia, um bilhão e 940 milhões. Imaginem a diferença para 76 milhões para um bilhão e 940 milhões!

Portanto os governos do presidente Lula e do governador Wagner vêm enfrentando a crise com muita sabedoria. O presidente Lula vem promovendo mais desenvolvimento para nosso País, continua implementando o programa de aceleração econômica, continua financiando a atividade produtiva e promovendo a construção de um milhão de casas populares. Nós observamos que o presidente Lula continua enfrentando a crise com muita sabedoria. Naturalmente, a redução de impostos e outras medidas tomadas pelo presidente para enfrentar a crise não conseguiram resolver todos os problemas. E um dos problemas é a redução do Fundo de Participação dos Municípios, principalmente para os pequenos municípios.

Mas o presidente Lula também atentou para essa questão e, atendendo a uma reivindicação do Partido Comunista do Brasil, como as emendas à Medidas Provisórias 459 e 460. Quais foram essas emendas. A Emenda nº 01 - nenhum município receberia de FPM menos do que recebeu em 2008. A Emenda nº 02 – a construção de casas populares deveria acontecer em todos os municípios e não apenas naqueles que têm mais de 100 mil habitantes. O presidente Lula acatou as duas emendas, e os municípios que sofreram com a redução do FPM terão compensadas essas perdas, garantia dada pelo presidente Lula.

Nesse sentido é que a manifestação que aconteceria amanhã poderá ser esvaziada, tendo em vista que o presidente Lula atendeu as reivindicações. O movimento é justo e todo o segmento da sociedade deve fazer as suas reivindicações, deve se mobilizar, deve se manifestar. É evidente que cada manifestação cada mobilização ganha força à medida em que as reivindicações sejam justas e sirvam realmente para mobilizar. O atendimento das reivindicações dos prefeitos pelo presidente Lula esvazia o movimento, esvazia o discurso da Oposição.

Concluindo, quero dizer que uma das principais bandeiras do movimento social em nosso País era se livrar do FMI. O governo Lula se livrou do FMI, não deve mais ao Fundo Monetário Internacional e, além disso, coloca a perspectiva de solidariedade internacional emprestando dinheiro ao FMI para contribuir com a resolução da crise mundial também. Isso eu acho positivo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Antes de passar a palavra ao próximo

orador, quero registrar a presença do deputado Javier Alfaya que retorna depois de ter estado enfermo por 15 dias para a alegria e engrandecimento das atividades deste Parlamento.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria, ou o representante do PSB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Gilberto Brito.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Gilberto Brito.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Estimadas deputadas Maria Luiza e Fátima Nunes, Srs. Deputados, há 15 dias, desta tribuna, tive a honra de anunciar o início de um curso teórico e prático que seria ministrado na Escola Família Agrícola, no município de Caculé.

Intercedemos junto ao secretário Edmon e junto ao Dr. César Lisboa, presidente da CAR e ambos foram totalmente receptivos, deputada Maria Luiza, em o governo do Estado disponibilizar uma retroescavadeira e, também, assumir os encargos financeiros para a contratação de uma pequena empresa com um valor ínfimo para ir ministrar esse curso. Desde o dia 13 que ele foi iniciado e o técnico Nonato, tendo o apoio irrestrito e a solidariedade da prefeitura municipal de Caculé, lá estando sempre presente o vice-prefeito Beto Maradona atendendo a uma recomendação e uma orientação do prefeito Luciano, começou a ministrar o curso na Escola Família Agrícola, onde cada aluno se tornaria um multiplicador daquela ação tão importante para a convivência no semiárido.

Além dos alunos da Escola Família Agrícola, deputado Gildásio, também estiveram presentes inúmeras pessoas representando municípios diversos, dentre os quais, a secretária de Agricultura e Meio Ambiente do município de Abaíra que está a uma distância considerável de Caculé. O prefeito João Hipólito disponibilizou e viabilizou os meios e lá foi essa mulher representando o município de Abaíra.

Ontem à noite, ligou-me o estimado secretário de Meio Ambiente, Beto Maradona e também vice-prefeito de Caculé e após a ligação telefônica me encaminhou um e-mail que quero ter a honra de ler nesta Casa: *Foram construídas cinco barragens subterrâneas, uma delas medindo 68 m de extensão com uma média de 2 m de profundidade, gerando 2 hectares de terra úmida; a outra barragem, medindo 25 m de extensão, com uma média oscilando, de 2,5 m de profundidade, gerando 1,5 hectares de terra úmida; a terceira, - deputado José Nunes, que também é do semi-árido, - medindo 20 m de extensão e com uma profundidade média de 2 m, ocasionando 8 hectares de terra úmida; a quarta, medindo 67 m de extensão, com 1, 70 m de profundidade, gerando 2 hectares de terra úmida; e a quinta, medindo 28 m de extensão por 3m de profundidade, gerando 1 hectare de terra úmida.*

Então, somando, são 3 com 8, onze, com 2, treze, com 1,5, 14,5 hectares de terra úmida com a construção de 5 barragens subterrâneas. O custo, deputado Clóvis Ferraz, deve ter ficado no máximo, deputada Marizete, em torno de 4 mil e 500 reais.

Então, com um investimento de apenas 4 mil e 500 reais, foi possível fazer 8 e

2, 10, com 1, onze, com 2, 13 com 1,5 – 14,5 hectares de terra úmida para quem vive no Semi-árido plantar e ter um meio de vida, ter condição de sustentar a si e à própria família, criando um meio de decência, bem-estar e desenvolvimento.

Nada contra as festas, deputada Maria Luiza, mas lhe garanto que se, pelo menos, 1% do que é gasto anualmente em Carnaval, São João, micaretas e tantas outras festas no Estado fosse revertido para a construção de barragens subterrâneas a condição social seria extremamente outra, totalmente diferenciada. No dia em que nós nos convenceremos da importância desses fatos, da importância dessa realidade e desse exemplo dado pela Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional, que tem à frente o secretário Edmon Lucas, pela CAR e pela Prefeitura de Caculé, que tem à frente o prefeito Luciano, e esse exemplo sendo repetido, multiplicado e implantado nos mais diversos municípios do Semi-árido, nós teríamos uma situação totalmente diferenciada, e muito.

E isso me faz vir aqui, com muita alegria, com muita satisfação, sem qualquer partidarismo político, até porque não sou tributário das ações partidário-políticas. Se as ações políticas fossem todas abstraídas de partidos e voltadas concretamente para o bem social, a situação seria totalmente outra.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GILBERTO BRITO:- Concedo o aparte à deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Deputado Gilberto Brito, V.Ex^a, nesta tarde, faz, realmente, um pronunciamento importantíssimo.

Nós sabemos, sem dúvida alguma, que há atitudes que elevam, realmente, a condição do homem para o desenvolvimento da vida socioeconômica do seu povo e de sua família. E como V.Ex^a bem disse, com um recurso mínimo se criou um sustento para tantas e tantas famílias que estavam necessitando desse plantio.

Por outro lado, sei que se colocarmos numa balança as festividades culturais e também os eventos que se faz, o São João, a micareta, também temos que levar em conta que se gera recursos, emprego e renda, porque ali se comercializa picolé, pipoca, churrasco. Enfim, muita gente trabalha, não só barraqueiros do município como de toda a região, que vão para lá e passam vários dias. Às vezes, nós nem nos alimentamos em nossas casas e vamos para a área onde ocorre a festa, para que sejamos alimentados ali.

Então, acho que todos nós, seja na cultura, na festa profana ou no envolvimento com essa atitude que o governo Jaques Wagner tomou, atendendo a seu pedido, e é o que eu digo sempre, devemos estar aqui trabalhando pelo povo que nos outorgou esse voto de confiança para aqui trabalharmos em prol desses munícipes. É disso que nós precisamos: em vez de estar criticando demais, o que é muito fácil, vamos agir, vamos ajudar, vamos levar soluções para os problemas de cada um.

Agradeço demais a V.Ex^a pelo aparte, e digo que vamos continuar trabalhando pelo nosso povo, porque teremos mais resultados.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Deputada Maria Luiza, agradeço pelo seu aparte e o incorporo.

A minha colocação em relação aos festejos, não é que eu seja contrário a eles. Eu fui prefeito da minha terra e fiz Carnaval; foi uma banda só, a mesma banda durante 4 anos, todo mundo dançou e houve um resultado social fantástico. É uma questão de visão, na minha concepção. Faça a festa dentro dos limites da possibilidade de cada um e de cada uma para que no dia da ressaca não falte o dinheiro necessário para as coisas fundamentais, não falem o combustível da ambulância, o remédio para o carente e todas as outras necessidades imperiosas dentro do contexto social. Mas eu acho que isso é muito mais importante. Tamanha é a importância que ainda hoje o vice-prefeito Beto me ligou dizendo que não está dando conta da demanda de pequenos produtores rurais, que estão a bater na sua porta e na prefeitura procurando que se desenvolvam meios para que cada um deles receba a sua barragem subterrânea e tenha a condição melhor de se automanter, manter o seu rebanho, dar uma renda familiar decente, propiciando justiça social.

Por fim, contando com a sua generosa compreensão, presidente Rogério Andrade, gostaria de dizer que na sexta-feira eu tive a honra de participar de um encontro na Cidade de Seabra, na Câmara de Vereadores, onde estiveram vários prefeitos e alguns secretários da Saúde, representando os seus municípios, quando, juntamente com o Dr. Edmilson, da Secretaria da Saúde, os prefeitos reunidos para a melhoria da condição do hospital de Seabra, todos se uniram harmoniosamente para viabilizar meios de manutenção do hospital, que é uma entidade filantrópica...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. GILBERTO BRITO - (...) e, naquela oportunidade, o secretário Solla autorizou a implantação de um sistema de nefrologia para o hospital de Seabra, cidade que é o peito da Bahia, o epicentro da Bahia, é o meio da Bahia, por lá convergem 42 municípios e, sem dúvida alguma, nobre presidente Rogério, muitos sofrimentos serão aliviados.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Misael Neto:- Sr. Presidente, falarão, durante 5 minutos cada, respectivamente, o deputado Clóvis Ferraz e o deputado José Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores jornalistas, senhores presentes nas Galerias Paulo Jackson, falamos aqui a respeito da Marcha dos Prefeitos, amanhã, para reivindicar do governo do Estado soluções para o problema que acontece hoje nos municípios pela diminuição da arrecadação do FPM, principalmente, nós falamos da questão da proibição e do não-estímulo para que os prefeitos do PT viessem ou os prefeitos aliados do governo. Não dissemos que o governador Jaques Wagner ligou para os prefeitos, como foi

insinuado aqui por um deputado do PT, nós dissemos que foi o governo, o governo Jaques Wagner é o governo do PT, se é governo, PT para mim é do mesmo partido, segundo o deputado, houve uma orientação da Executiva do partido.

Entendemos que é claro que um governador não vai ligar para um prefeito e dizer: olhe, não venha. Não é isso, é uma orientação de governo, pode ser um secretário, pode ser um assessor ou qualquer um que oriente. O que nós estranhamos é a posição antidemocrática, porque os prefeitos não estão fazendo nenhum ato contra o governador, contra o presidente Lula, contra ninguém, é um ato reivindicatório. Isso é normal, isso é legítimo, isso é democrático.

O que estranhamos é um governo que se diz republicano, que se diz democrático, não aceitar a participação de seus prefeitos numa manifestação dessas, manifestação justa que vai acontecer e nós a estaremos apoiando.

E quando o Partido dos Trabalhadores diz, através dos seus representantes, que o ex-governador Paulo Souto está aproveitando do momento para fazer politicagem, insinuado num canal de TV que ele nunca recebeu prefeito, quero discordar veementemente disso.

O governador Paulo Souto é um democrata e tem o direito de falar e de participar de uma reivindicação como essa, sim, até porque ele sempre apoiou os municípios e os municipalistas. Fui Líder do governo Paulo Souto nos 2 primeiros anos do seu último mandato, e sei que toda semana os deputados levavam quantos prefeitos quisessem à Governadoria. Toda semana havia uma agenda só para receber os deputados com os prefeitos e as lideranças.

Mensalmente, o governador atendia 30, 40 prefeitos. Ele nunca deixou de recebê-los. Como democrata, discutia abertamente com os gestores municipais, com as lideranças. Enfim, discutíamos abertamente com ele.

Agora, o governador Paulo Souto nunca foi de ficar dando tapinhas nas costas, fazendo enganação. Ele sempre atendeu os prefeitos, as lideranças, os deputados para discutir os problemas e dizer o que o Estado poderia fazer. Nunca disse “vamos fazer”, se não pudesse realmente fazer. O ex-governador nunca foi de enrolação nem de enganação; ele é um democrata convicto que age com ética e lisura.

Então não aceitamos que venham dizer que o ex-governador Paulo Souto não recebia os prefeitos para discutir os problemas. Ele sempre recebeu. Eu desafio os deputados, os atuais e os ex-prefeitos a dizerem se eram ou não recebidos pelo ex-governador. Agora, nunca os enganou fazendo promessas que não poderia cumprir.

Por isso, quero defender o direito legítimo do ex-governador Paulo Souto de apoiar a manifestação dos prefeitos, porque ele sempre apoiou os chefes de Executivos municipais e os municipalistas. E isso não significa que ele esteja fazendo política para ser candidato.

Embora ele possa ser candidato a governador, sim, é legítimo, porque ele tanto fez por este Estado, governou bem e pode pleitear uma candidatura. Até porque o povo quer isso. Não é ele quem vai pleitear, não; são os baianos que querem a sua volta para governar bem este Estado. É o povo da Bahia que está a reivindicar isso.

O ex-governador poderá ser candidato, sim, porque o povo da Bahia quer. Não

por determinação de a, b ou c.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Por 5 minutos, com a palavra o nobre deputado José Nunes, no horário do PTN.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, hoje, o assunto predominante aqui na Assembleia Legislativa foi, na verdade, a marcha dos Srs. Prefeitos que acontecerá amanhã, como também a questão da redução do repasse do FPM aos municípios brasileiros.

Já tivemos oportunidade, nobre deputado Clóvis Ferraz, por diversas vezes, de vir a esta tribuna para falar sobre esta situação caótica por que passam os nossos municípios. E esta situação é consequência não somente da crise econômica mundial, mas, principalmente, do fato de o governo federal fazer cortesia com o chapéu alheio.

O presidente da República sabe perfeitamente que a formatação do FPM é baseada no IPI e no Imposto de Renda. Pois bem, foram justamente esses dois impostos que o governo federal resolveu modificar para fazer essa cortesia. É bem verdade que era necessária alguma medida para que se pudessem conter as demissões, principalmente na indústria automobilística, que é altamente geradora de mão-de-obra, mas necessariamente não passaria pela redução do IPI já que o governo federal teria outro mecanismo para fazer essa redução do preço final dos automóveis, usando o que era efetivamente dele, ou seja, o PIS/COFINS.

O PIS/COFINS, por ser contribuição, não é repartido com os municípios e os estados. É interessante, nobre deputado Clóvis Ferraz, que o governo federal, quando resolveu fazer a redução do preço final, portanto, a renúncia de parte dos tributos dos automóveis, que é uma fatia bem maior, optou pelo IPI. Já no caso das motos, que é infinitamente menor, o governo federal resolveu fazer a redução com base no COFINS. Veja aí a contradição do governo federal quando diz que quer ajudar e quer compensar os municípios brasileiros.

Já se sabe perfeitamente que até hoje a perda do governo federal é da ordem de mais de 8 bilhões de reais, isso representaria certamente alguma coisa em torno de 2 bilhões de reais somente aos municípios, e o governo federal acena para uma devolução de apenas metade, ou seja, um bilhão de reais. Se dividirmos por todos os 5.600 municípios, teríamos aí alguma coisa em torno de 170 mil reais para cada município brasileiro. Quando pensamos que mais de 80% dos municípios são pequenos municípios que estão lá a 0,6, 0,8, 1,0, 1,2, entendemos que esses municípios receberiam dessa perda trimestral alguma coisa em torno de 60 mil, 80 mil, 100 mil, 120 mil, dividido em três prestações. Ou seja, a grande maioria dos municípios iria receber apenas 20 mil reais por mês de compensação das perdas que, certamente, já se acumulam em mais de 200 mil reais, mesmo aqueles municípios de FPM 0,6.

Portanto, é querer brincar com coisa séria, é querer brincar com a expectativa, não somente dos prefeitos como também do povo que mora nesses pequenos

municípios, de que o governo federal vai recuperar essas perdas. De repente, o município recebe apenas 20 mil reais por mês, o que não vai resolver absolutamente nada. É melhor não acenar para a possibilidade de resolver esses problemas, é melhor ficar calado do que criar expectativa, porque essa expectativa, nobre presidente Rogério Andrade, pode redundar numa despesa maior para os prefeitos e assim, certamente, contribuir para que a dificuldade vá aumentando muito mais do que aquele dinheirinho que o governo federal acena que vai devolver aos pequenos municípios. É assim também com o INSS, com tudo que têm direito os pequenos municípios brasileiros.

Muito obrigado pela tolerância, nobre presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do governo ou da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP, para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, fará uso da palavra o deputado Javier Alfaya por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Javier Alfaya.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr. Presidente Rogério Andrade, deputados e deputadas presentes, povo da Bahia que nos acompanha através da TV Assembleia e que lê também as nossas intervenções através do Diário Oficial do Estado, tenho o prazer de retornar a esta tribuna, depois de uma licença médica de 15 dias, duas semanas. Passei por uma pequena cirurgia relativa a problemas de circulação e já me encontro em condições de poder contribuir para os debates nesta Casa.

A primeira atividade que fiz logo que pude viajar, na semana passada, foi visitar a querida cidade de Juazeiro. Juazeiro é a quarta cidade do nosso Estado com 220 mil habitantes, alguns dizem que possui 240 mil, enfim, mas é o quarto município em população do nosso Estado, que tem um significado muito especial para o norte da Bahia porque polariza uma série de outras grandes cidades, municípios de muita significância como é o caso de Casa Nova, Pilão Arcado, Jaguarari, Remanso e outras tantas cidades que se articulam para encontrar novos caminhos visando o desenvolvimento social, econômico e cultural daquela região do nosso Estado.

Lá, estive reunido com o secretário de Obras e Projetos Especiais do município, engenheiro Flávio, com o Secretário de Governo o companheiro Fernando Daltro e com o prefeito dessa querida cidade Isaque Carvalho. Participei também de uma solenidade muito simpática dirigida pela secretária de Desenvolvimento Social, com a ajuda da Primeira-Dama do município, que foi a conclusão de um curso de reciclagem e preparação de alimentos numa instituição vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social daquela cidade. Mantive ainda contato com outros secretários. Com o secretário Carlos Neiva, que é encarregado, dentre outras tarefas importantes de desenvolver a Fenagre - uma das mais importantes feiras do agro-

negócio do nosso País, sem sombra de dúvidas, uma das maiores do Nordeste.

Enfim, fiquei muito satisfeito com o andamento da gestão do companheiro Isaque Carvalho que tem também como grande aliado nesta Casa o deputado Pedro Alcântara que é um deputado de seis mandatos, nascido e criado na região e que comigo, eu disse lá na solenidade, forma a dobradinha que tem defendido a administração dirigida pelo PCdoB e tendo na condição de vice a liderança do PP. Então é uma grande dobradinha do PCdoB com o PP e outros partidos, outros segmentos. É uma gestão vitoriosa pela transparência, pela seriedade dos objetivos, pelas iniciativas acertadas desde o começo da administração. Essas iniciativas vão se multiplicar em novo patamar quando, a partir do mês de maio, realizarem-se as primeiras grandes licitações de obras e serviços permitindo à prefeitura, digamos assim, alavancar sua intervenção e, desta maneira, tirar Juazeiro da situação de dificuldade e de atraso em que se encontra na medida em que temos uma cidade que tem um grande potencial por um lado, mas que, por outro lado, em função da ausência de infraestrutura adequada e de uma política permanente e contínua de incentivo e de articulação com o governo estadual e governo federal perdeu o compasso da história defasando-se muito, por exemplo, em relação à querida cidade vizinha Petrolina, em Pernambuco. Juazeiro e Petrolina não podem ser cidades concorrentes, têm que ser cidades complementares. Eles lá com Petrolina, do lado de Pernambuco, nós cá com Juazeiro, do lado da Bahia, mas numa política de articulação, de solidariedade, de combinação de ações que é o que pretende o plano estratégico do governo Lula e é o que pretende o projeto do ministro Mangabeira Hunger que coloca o Nordeste do Brasil como o carro-chefe do novo projeto de desenvolvimento que se está gestando no governo Lula e já está sendo realizado em boa medida e em boa maneira. Mas, certamente, será desenvolvido no terceiro governo que dará sequência a esses dois encabeçados pelo presidente Lula ou seja a futura dirigente do País, a companheira Dilma Rousseff, ou seja outra a alternativa que o povo brasileiro escolher dando continuidade a esse nosso projeto.

Eu estive lá, portanto, fazendo esses contatos. E uma das coisas que me chamou a atenção que eu quero comentar e fazer a denúncia nesta Casa, especialmente me dirigindo aos deputados que têm votação na região norte da Bahia, especialmente no município de Juazeiro, é a situação de ameaças que pairam sobre a diretoria do sindicato dos trabalhadores rurais daquela cidade.

O STR de Juazeiro é o maior sindicato de assalariados rurais da Bahia, talvez concorrendo com o sindicato dos trabalhadores rurais da região da cidade de Barreiras. Mas, de qualquer maneira, o STR de Juazeiro tem uma grande quantidade de filiados que são trabalhadores que labutam e militam na área da cana e do corte da cana e na fabricação do açúcar e aqueles outros tantos que labutam em outras tantas lavouras já que como todos nós sabemos Juazeiro é um dos grandes municípios produtores de frutas e de hortaliças através da agricultura irrigada, inclusive, como todos os senhores e as senhoras sabem, com uma parte da produção voltada para a exportação.

O que eu vi lá? O que eu vi foi uma diretoria vitoriosa, representativa e ganhou

muito bem a última eleição para o sindicato. Este é um sindicato que tem uma base de milhares de filiados que faz assembleia com 2.000 a 2.500 participantes homens e mulheres. É um sindicato combativo, um sindicato que conseguiu um acordo último com as empresas de cana-de-açúcar e outras empresas que foi tomado como referência pelo restante do movimento sindical.

Mas eis que surge um grupo de sindicalistas ou pessoas próximas aos sindicalistas que, com métodos equivocados e anti-sindicais, têm ameaçado parte da diretoria e tem ameaçado o próprio processo eleitoral que será feito no final do mês de maio.

Então, quero me solidarizar com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores, o companheiro Agnaldo Meira, com toda a sua diretoria, com a base do sindicato e com a companheira Rebeca Serravalle que é advogada, chefe da equipe jurídica do sindicato.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Queira concluir, nobre deputado.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Pois não, presidente Rogério, ressalto que o sindicato foi invadido por pessoas que estão fugindo dos parâmetros típicos do verdadeiro sindicalista com ameaças e revólver em punho contra a advogada Rebeca Serravalle. Isso revela, de maneira clara, o clima de tensão que este segmento quer criar na eleição deste que é o maior sindicato no norte da Bahia que é, provavelmente, o maior sindicato de assalariados rurais de nosso estado que é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro filado à Fetag.

Portanto, presidente Rogério, quero manifestar este comunicado a V.Ex^a e ao Plenário desta Casa e dizer que nós vamos acompanhar de perto esta situação esperando que aqueles que estejam por fora da categoria tirando proveito político-eleitoral ou querendo fazer isso e interferindo inadequadamente no problema que é interno da categoria dos trabalhadores recuem e deixem de lado este objetivo e permitam que os trabalhadores, dirigidos pela sua diretoria eleita em assembleia geral ou em seu congresso, defina os rumos adequados para a eleição que se realizará no final do mês de maio.

Então, deixo a nossa solidariedade e o nosso abraço ao presidente Agnaldo, a advogada Rebeca e a todos aqueles que, de uma maneira combativa, levam a frente a luta dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao Líder do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Eu mesmo usarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, aqueles que nos honram com as suas presenças, ouvintes da *TV Assembleia*, geralmente, quando chove na grande-caixa d'água do São Francisco, que

é Minas Gerais, ocorre o acúmulo de água no lago de Sobradinho. Parece até que os responsáveis pela retenção da água, na Barragem de Sobradinho, que é comandada pela CHESF, só se preocupam com o acúmulo da água para vender a energia elétrica para as concessionárias da CHESF.

Hoje, agora, a capacidade de retenção de água do lago do Sobradinho atingiu os 100%. De amanhã em diante, a vazão ou a descarga de água daquele lago – tendo em vista que ele está recebendo quase cinco mil metros cúbicos de água por segundo, e está numa defluência ou vazão de 2.686 – vai ter de ser aumentada para quase quatro mil metros cúbicos por segundo.

Logo, o que é que vai ocorrer com isso? Toda a parte que fica abaixo do Barradinho, a jusante da barragem de Sobradinho, vai sofrer as consequências, e vamos responsabilizar a CHESF por quaisquer danos materiais que venham a ocorrer, principalmente nos bairros de Juazeiro, com a lavoura, a agricultura irrigada, os implementos, etc. É uma falta de responsabilidade acumular água para especulação na venda de energia elétrica às concessionárias e deixar a população à mercê da própria sorte.

Argumenta a CHESF, no seu *releasing*, hoje, que também tem compromisso, o que não é verdade, com outras finalidades do multiuso da água. Absolutamente, ela nunca teve e não tem essa preocupação, porque, se tivesse, aumentaria, proporcionalmente, a descarga e não faria com que a expectativa, de amanhã em diante, seja de uma vazão acima de quatro mil metros cúbicos por segundo, o que será um desastre para a população ribeirinha, desde o bairro mais baixo da cidade, Angari, em Juazeiro, até aqueles em que é praticada a agricultura, o carro-chefe, o forte da nossa região com a geração de empregos, região essa que já está sofrendo com a crise da economia internacional e que, se não fosse o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, os quais já elogiei aqui, pois chegaram junto, estaria numa falência total e teria a perda de mais de dez mil empregos.

Portanto, vamos responsabilizar a CHESF pelo que vier a ocorrer e esperamos que o Ministério Público acompanhe esse processo para que a sofrida região do São Francisco não venha a sofrer mais ainda.

Sr. Presidente, Srs Deputados, na sexta-feira, às 18 horas, estivemos no Instituto Geográfico do Estado da Bahia, para acompanhar o lançamento de dois livros importantes, os quais aconselho os Srs. Deputados e às Sr^{as} Deputadas a lerem: um é do ex-governador de Sergipe João Alves Filho, intitulado *Toda a Verdade sobre a Transposição do Rio São Francisco*”, para mostrar o que vemos nesta Casa a tanto tempo, chamando a atenção do País, do Nordeste e do Estado sobre os problemas da transposição das águas do São Francisco. Nessa obra, há inúmeros colaboradores, a exemplo do deputado Jorge Khoury e de João Abner, que é do Rio Grande do Norte e conhece a realidade do seu estado. E é necessário que a imprensa baiana, a população baiana, aqueles que amam realmente a Bahia..., e vou selecionar alguns capítulos mais importantes deste livro para trazer à tribuna desta Casa, mostrando dados irrefutáveis sobre o que é a transposição das águas do rio São Francisco e os males que ela vai trazer ao nosso País, ao Nordeste à Bahia e ao Planeta.

Também foi lançado, naquela oportunidade, o livro *A Potencialidade do Semiárido Brasileiro, Rio São Francisco, Transposição e Revitalização, uma Análise*, do engenheiro Manoel Bonfim Ribeiro, um ribeirinho de Remanso, na Bahia. É de suma importância a leitura desse livro, que tem números, dados, um estudo responsável, não feito em quatro dias, de helicóptero. Está aqui o livro de um homem que estuda o rio São Francisco há mais de meio século.

Mas, Sr. Presidente, sempre temos trazido os problemas do São Francisco à tona, nesta Casa, já estamos com a nossa proposta pronta, aprovada na Comissão Especial do São Francisco e esperamos contar com o apoio desta Casa no Projeto para o Documentário do Rio São Francisco.

Vamos passar 15 dias, a partir de primeiro de julho, quando terá início o recesso desta Casa, espero que não tenhamos convocação extraordinária, para mostrar ao mundo, ao Brasil, à Bahia e ao Nordeste que não tem revitalização do rio São Francisco coisa nenhuma!. Iremos fazer um documentário para trazer aqui. O trabalho tem um encarte bem feito com todas as cidades às margens do rio. O mapa está aqui. Vamos parar em todas as cidades, propor à Casa que nos libere a *TV Assembleia* para acompanhar esse projeto.

Iremos convidar,- esse é um trabalho apolítico, um trabalho em defesa do rio São Francisco,- a *TV Educativa*, *TV São Francisco*, filiada da *Rede Globo* em Juazeiro e da *TV Bahia*, para que nos acompanhe. Vamos solicitar ao comitê de imprensa desta Casa que designe um ou mais dos seus funcionários para nos acompanhar. É importante que nos acompanhe por todo esse trajeto. Nossa pretensão é sair do município de Carinhanha no dia primeiro de julho e chegar a Juazeiro no dia 15 de julho. Com esse documentário pronto, iremos expor nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Pedro, gostaria de pedir vênua a V.Ex^a para interrompê-lo por um motivo justo. Este Parlamento registra a presença do deputado de Angola Aurélio Martins, que nos visita, aliás, deputados de São Tomé e Príncipe, que ao visitar o município de Alagoinhas, muito bem gerido pelo ex-deputado Paulo César, que muito nos honra com a sua presença hoje à tarde neste Parlamento, visita o Poder Legislativo baiano. De modo que não poderia deixar de fazer, peço-lhe desculpas a V.Ex^a por tê-lo interrompido.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Não há de quê, Sr. Presidente. Eu me associo e também, em nome da região do São Francisco que eu represento, parablenzo a V.Ex^a e desejo boa estadia. Acho que a Bahia só perde para Angola em termo de receptividade.

Mas, Sr. Presidente, dando sequência neste um minuto que me falta... Aliás, São Tomé e Príncipe. Acompanhei o equívoco do nosso presidente, porém, corrijo-me.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Pedro, darei a tolerância a V.Ex^a, terá todo o tempo que achar necessário. Gostaria de registrar, corrigindo, a presença do deputado Aurélio Martins da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, visitando hoje o Parlamento baiano. É um prazer muito grande para esta Casa tê-lo hoje à tarde nos visitando. Muito obrigado.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sei que é uma honra para eles dizer que representam o país. É uma honra para nós. São irmãos, são praticamente baianos, todos acreditarão por aí que é a nossa raça. Devemos muito a origem de vocês como afrodescendente que também somos.

Sr. Presidente, quero concluir pedindo a esta Casa uma atenção especial da importância que significa o rio São Francisco para todos nós nesta Casa. Houve época que esta Casa, por sua unanimidade, estava incorporada esta questão. Perdemos forças, mas entendo que com o lançamento desses dois livros, na sexta-feira passada, no Instituto de Geografia e Estatística do nosso Estado, vamos rever essa questão.

Já foi aprovado na Comissão Especial do São Francisco uma visita à transposição, uma visita ao projeto Salitrão que trouxemos. Amanhã, haverá uma audiência pública na Câmara Municipal de Juazeiro, - infelizmente não poderei participar -, em relação à questão do salitre. Estão leiloando!

O edital de leilão dos votos do projeto Salitre, deputada Fátima Nunes, independente de questão de ordem partidária, conheço a luta de V.Ex^a em defesa dos menores, em defesa dos mais necessitados do nosso Estado, do nosso País e do semiárido, que V.Ex^a também representa muito bem aqui, não se pode conceber que se faça um loteamento em que se deixe de fora os donos da terra, que são os salitreiros. Sem nenhuma possibilidade, aparece um edital dirigido que se coloca a necessidade da situação econômica para adquirir o lote e instrução, porque sabemos que o salitre pela sua situação, pela pobreza, o grau de instrução é muito pobre. Se é na Bahia, se é no Brasil, imagine o salitreiro que sabem apenas trabalhar a terra?! Não podemos conceber, deputada.

A Sr^a Fátima Nunes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Um aparte com V.Ex^a, com muita honra.

A Sr^a Fátima Nunes:- Deputado, só para melhor esclarecimento, o edital está sendo publicado por qual Órgão?

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Pela Codevasf. Nós já entramos em entendimento com a força de V.Ex^a para mudar as regras do jogo. Nós não queremos impedir que o médio e o grande também tenham seus lotes, que eu acho importante e defendo, mas não pode ser um edital excludente, tem que ter inclusão. Eu não posso entender que o Presidente Lula, pela origem que tem, tenha conhecimento da profundidade desse edital. Nós precisamos nos debruçar sobre ele.

Então, na próxima reunião da Comissão de Agricultura, da Comissão Especial do São Francisco, nós estaremos debatendo essa questão, e V.Ex^a poderá contribuir com a sua força política, capacidade e trabalho que V.Ex^a desenvolve nesta Casa e na Bahia.

Portanto, é importante também que nós, deputado Mizael tem dado a colaboração, façamos essa caravana do São Francisco. É importante que se compre e leia esse livro, é barato, custa R\$ 30,00, o outro, R\$ 40,00, para que se possa participar de qualquer debate em relação a essa questão, porque nós nunca nos omitimos. Temos consciência de que ninguém nos convenceu ainda sobre a

importância dessa transposição. E aqui tem dados irrefutáveis de que isso era uma obra inconclusa, inclusive tem empresa abandonando os lotes pelos quais assumiram a responsabilidade. Era a necessidade de uma revitalização muito mais forte do rio São Francisco do que a transposição; a transposição seria uma segunda etapa. Ninguém impede isso. Nós entendemos que se começou pelo lado errado. E não tenho dúvida de que V.Ex^a também vai encampar principalmente essa luta do edital que está na praça, parece que será no dia 04 de maio. Amanhã, a Câmara de Juazeiro faz uma audiência pública em relação a esta questão.

Quero parabenizar o Presidente daquela Casa, o companheiro Crisóstomo, por promover essa audiência pública de esclarecimento. Nós não estamos contestando ação de ninguém, queremos apenas que o governo caia na real e entenda que o importante hoje é trabalhar a revitalização do rio São Francisco. Com fé em Deus, com o apoio desta Casa e da Comissão, pois precisamos do apoio desta Casa para esse projeto da caravana do São Francisco, para apresentarmos aqui na nossa Comissão, ou até em plenário e em outros setores da Bahia, esse documentário que mostrará a realidade do rio São Francisco.

Então, é importante que o Ministério Público também nos acompanhe, já se comprometeu a defensora Luciana Cury, que é uma estudiosa do assunto, o ex-senador João Alves disse também que quer participar dessa caravana, pelo menos por dois dias. Convido os deputados que serão votados, são votados e representam a região do São Francisco. Passaremos por inúmeras cidades, com o apoio das Câmaras Municipais, das Prefeituras...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, Sr. Deputado.

O SR. PERDO ALCÂNTARA:- Para concluir, com a tolerância de V.Ex^a, e que também a mídia da Bahia, principalmente daqueles que cobrem esta Casa, e solicito ao comitê da imprensa que designe uma pessoa para nos acompanhar e também a imprensa oficial aqui desta Casa. Vamos convidar os órgãos federais e até organizações internacionais para participar dessa caravana, que eu acho de importância fundamental nesse momento. Irresponsavelmente, vai aumentar a descarga porque acumulou água para atingir 100% da capacidade do lago que já foi o maior lago artificial do mundo e hoje é a maior lama d'água do mundo. Já não é mais o maior lago por falta de um trabalho de dragagem.

Enfim, há uma necessidade premente de que o Ministério Público acompanhe os movimentos da Chesf, para o prejuízo ser menor, porque a essa altura já está garantido o prejuízo dos ribeirinhos que estão à jusante da barragem do Sobradinho.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre líder do governo e da maioria, ou o líder do bloco parlamentar PSDB, PTdoB, PSL, PTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 8 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Presidente, não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao nobre líder do

governo e da maioria, ou líder do bloco parlamentar PP, PMN, PRTB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 9 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre líder do governo e da maioria, ou o líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 9 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Usará de todo o tempo o deputado Arthur Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Por todo o tempo o nobre deputado Arthur Maia.

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Deputadas, assomo à tribuna na tarde de hoje para tratar de um tema que tem sido objeto de recorrentes manifestações da imprensa baiana e que diz respeito a esta manifestação que acontecerá amanhã, aqui no Centro Administrativo da Bahia, promovida pela União das Prefeituras do Estado, com vistas a tentar abrir o debate com o governo da Bahia, acerca da gravíssima situação em que os municípios se encontram em todo o Brasil neste momento.

Quero dizer, Sr. Presidente, que falar da crise econômica mundial e dos seus dramáticos efeitos sobre as prefeituras tem, sem sombra de dúvida, um caráter retumbante dado às várias e várias manifestações feitas pelos meus pares, desta tribuna, certamente muito mais objetivas do que a minha tratando, de vários aspectos do tema.

Entretanto, é importante ressaltar que o municipalismo, não só na Bahia, mas em todo o Brasil, tem buscado levar as suas reivindicações, tanto no âmbito do governo do Estado como no âmbito do governo federal, com o objetivo de minorar essa situação, que, de forma generalizada, atingiu sensivelmente a arrecadação de todos os Estados da Federação.

Há cerca de 30 dias, os Srs. Prefeitos se fizeram presentes a Brasília para levar uma pauta de reivindicações ao Exm^o Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que incluía o pedido para que o Fundo de Participação dos Municípios, quando atingisse um patamar nominal inferior àquele que fora repassado aos municípios no ano de 2008, tivesse pelo menos o valor nominal restabelecido pelo governo federal. Isso foi atendido pelo governo federal, e o socorro foi dado aos municípios.

Os prefeitos encaminharam também ao governo federal uma solicitação para que as dívidas das prefeituras com o INSS fossem renegociadas. Em relação a essa questão, naturalmente que as prefeituras têm algumas observações sobre forma como o governo federal apresentou essa possibilidade de negociação, mas existe uma medida provisória tramitando no Congresso que visa, justamente, adaptar essa primeira proposta de negociação do governo federal para uma postura mais favorável aos mais de 5 mil municípios brasileiros.

Quero dizer aqui, com toda certeza, com absoluta convicção, que o governo federal tem permanecido no debate, tem tentado, dentro das suas limitações, juntamente com os municípios, encontrar uma solução.

Sabemos que o governo federal tem sofrido com a crise e diminuído a sua arrecadação, mas não há dúvida de que o próprio presidente da República, quando da manifestação dos prefeitos, não teve nenhuma dificuldade para recebê-los, nem para encaminhar soluções e apresentar alternativas.

Esse debate tem se aprofundado, algumas prefeituras já renegociaram a dívida do INSS, outras estão na expectativa de receber esses repasses que complementarão o FPM, de sorte que as coisas estão andando.

Na Bahia, a diretoria da União dos Municípios foi também ao governador Jaques Wagner, levando-lhe uma pauta de reivindicações conhecida de todos nós. Essa pauta pedia, entre outras questões, ao governo do Estado, que esse assumisse o transporte escolar do 2º grau, conforme é sua obrigação, porque o 2º grau é de responsabilidade integral do governo do Estado, e não das prefeituras, que o governo do Estado tivesse mais atenção com a segurança pública dos seus municípios, uma vez que é useiro e vezeiro nesse Estado o hábito de prefeitos terem que fazer convênios para subsidiar a ação da segurança pública.

Os Estados têm dificuldade de manter os carros, de repassar a verba para a gasolina e de manter o sistema de segurança pública, em que pese – e eu quero ressaltar – à ilustre figura que comanda a Secretaria da Segurança Pública, o delegado César Nunes, que a meu ver é um dos melhores secretários do governo Wagner, com uma boa gestão na segurança pública do nosso Estado.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos do campo político foram surpreendidos pelas declarações raivosas de alguns setores do PT, em particular do secretário de Relações Institucionais, o Sr. Rui Costa, na imprensa baiana, dizendo que esse ato a ser realizado pelos prefeitos aqui, na Bahia, seria contra o governador Jaques Wagner. Eu confesso que, ao ler a matéria, repeti a leitura para tentar entender melhor aquilo.

Por que sempre convivi aqui, nesta Casa, ao longo de toda a minha vida política, no campo da oposição, enfrentando governos que a oposição sempre chamou de autoritários. Passei, aqui, pelos governos de Antonio Carlos Magalhães e outros governadores do DEM, Paulo Souto, César Borges, e já vi aqui muitas coisas, Sr. Presidente, mas reconheço que foi a primeira vez que ouvi um secretário de Estado se insurgir, colocar-se contra uma manifestação de uma categoria, a dos prefeitos deste Estado, que têm, talvez, uma das associações mais representativas, e assumir uma simples manifestação como esta como um ato de oposição ao governo do Sr. Jaques Wagner.

Sr. Presidente, fico imaginando que se o governo da Bahia estivesse vivendo uma situação muito boa do ponto de vista da aprovação popular, o que permitisse ao governo uma certa arrogância para não admitir críticas, talvez até poderia dizer que o sucesso chegou à cabeça do secretário. Mas, definitivamente, não é esse o caso do governo atual, que vem passando por dificuldades operacionais profundas. Temos visto diariamente até índice de aprovação de 40% ser comemorado por este governo. De sorte que não é exatamente um governo que reflita o bem-querer da população.

Não entendo isso, pela prática que o Partido dos Trabalhadores teve. Eu militei

aqui paralelamente a esse partido nas mesmas causas ao longos de tantos anos, na oposição nesta Casa. E sempre compreendi que a grande beleza do Partido dos Trabalhadores é, justamente, essa capacidade de levar a manifestação popular dos vários setores para a rua, de aprofundar o debate e tentar sempre intermediar soluções que possam beneficiar a todos. E eu não consigo compreender como é que uma manifestação como essa pode ser compreendida pelo secretário como um ato contra o governador Jaques Wagner.

Dizem por aí que o próprio comportamento do secretário, que vem utilizando-se de uma ação política interna no governo em nome de uma futura candidatura a deputado federal, certamente é muito mais contra o governador Jaques Wagner do que essa passeata que vai ser feita amanhã pelos prefeitos da Bahia.

Certamente, Sr. Presidente, que as denúncias que foram trazidas aqui pelos jornais, por outros deputados em relação ao comportamento da Petrobras nos últimos dias são muito mais contra o presidente Lula do que a manifestação que os prefeitos vão realizar aqui, no Centro Administrativo, amanhã.

De sorte que, Sr. Presidente, meu tempo já se esgota, quero convocar e convidar todos os deputados a se fazerem presentes. Os prefeitos deverão chegar aqui, na Assembleia, por volta das 10h30min. Às 11 horas, protocolarão um documento na Presidência da Casa e serão recepcionados pelo chefe deste Poder, deputado Marcelo Nilo, que receberá o documento trazido pelos prefeitos no qual constam suas reivindicações.

E espero que tenhamos, nesta Casa, uma recepção aos prefeitos que compense esta posição destemperada, despropositada do secretário Rui Costa, o que não posso, de maneira alguma, atribuir ao governador Jaques Wagner, que sei que é um homem que, ao longo de sua história, sempre demonstrou vontade para conversar, para negociar e um profundo senso democrático.

Muito obrigado, era isso o que eu tinha a colocar nesta tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o do Democratas para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Misael Neto:- Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, o deputado Eliedson Ferreira.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pelo tempo de até 9 minutos, falará um dos maiores expoentes do Democratas no Estado da Bahia, deputado Eliedson Ferreira.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- Sr. Presidente, esse elogio, vindo de V.Ex^a, muito me alegra. Muito obrigado.

Srs. Deputados, deputada Fátima, servidores desta Casa, senhores que nos acompanham das Galerias Paulo Jackson, telespectadores da *TV Assembleia*, no sábado passado nós realizamos no Joia da Princesa, na Cidade de Feira de Santana, um grande evento esportivo com a força jovem, que é o grupo que mobiliza em todo o país os jovens, com o objetivo de tirar a juventude da criminalidade, das drogas e

canalizar essa energia, que é natural do jovem, para coisas positivas, como o esporte, a cultura, as artes cênicas, a dança. Tivemos ali, com o apoio do prefeito Tarcízio Pimenta, aquele evento com atrações musicais, com milhares de jovens de Feira de Santana e região, acontecendo o futebol pela paz, até trazendo uma mensagem de paz para esses dias onde temos visto tanta violência nos estádios.

Esse sábado foi um exemplo do que pode ser feito nos estádios quando, de fato, as pessoas vão ao estádio para se divertir, para praticar o esporte, para fazer coisas saudáveis, como aconteceu nesse sábado em Feira de Santana, no Joia da Princesa, e tem acontecido por todo o Brasil, aconteceu, também, em Camaçari, no estádio.

É a juventude se voltando para as coisas boas. E sem dúvida o apoio do prefeito Tarcízio Pimenta foi fundamental para a realização desse evento e eu quero aproveitar a oportunidade e apresentar aos deputados desta Casa esse informativo que a prefeitura de Feira de Santana, comandada pelo democrata Tarcízio Pimenta, que sempre foi um deputado atuante, um deputado sempre presente nos debates desta Casa, com projetos importantes para a Bahia e, agora, como prefeito de Feira de Santana realizando um excelente trabalho.

Esse informativo é na verdade uma prestação de conta dos 100 dias de trabalho do prefeito Tarcízio Pimenta, que está construindo já o 5º viaduto, sobre a avenida Eduardo Fróes da Mota, o conhecido Anel Rodoviário, que ligará as Avenidas João Durval Carneiro e Ayrton Sena. O novo equipamento também implicará mudanças na entrada do Bairro Conceição, facilitando significativamente o trânsito de veículos e pedestres. Esse novo viaduto está orçado em 5,5 milhões é uma obra que mostra ao povo feirense e a todos os que, indo para as suas cidades, necessitam utilizar o Anel Rodoviário. O trabalho de crescimento de Feira de Santana, iniciado pelo prefeito Zé Ronaldo, nos seus 8 anos de administração, reconhecidamente, o município que mais se desenvolveu na Bahia nesses 8 anos, está tendo continuidade com a administração do prefeito Tarcízio Pimenta.

As Avenidas Maria Quitéria e Getúlio Vargas estão sendo asfaltadas. Uma parte da Getúlio Vargas, que tinha apenas o calçamento, está tendo o complemento de asfalto. Na verdade, são 10,5 quilômetros e essa obra foi licitada, já está garantida. A Getúlio Vargas terá também melhorias no canteiro central, ficando mais bonita e aprazível.

Estão sendo recuperadas 11 escolas, outras 6 já foram e duas estão sendo construídas. A praça do conjunto Antonio Carlos Magalhães está totalmente nova e a pavimentação de ruas do bairro Gabriela, na periferia, também já foi licitada e começará nos próximos dias.

Essas são algumas ações do governo municipal, em apenas 100 dias, resumidas neste informativo que presta contas à comunidade. E ontem, conversando com o prefeito Tarcízio Pimenta, ele me falava da iniciativa da prefeitura de desapropriar uma grande área, nas imediações do Feira Tênis Clube, onde será construída uma praça de esportes para a realização de muitas obras sociais que contribuirão de maneira significativa para o desenvolvimento social do povo feirense.

Sempre acreditamos que a gestão do prefeito Tarcízio Pimenta seria de sucesso,

mas confesso que ele tem trabalhado além das expectativas. O povo votou maciçamente no então candidato do Democratas, Tarcízio Pimenta, hoje prefeito, dando-lhe uma vitória esmagadora. E a cada dia os feirenses vêm aprovando essas ações que a prefeitura apresenta neste informativo.

Há também novos ônibus na cidade. O Sistema Integrado de Transporte ganhou mais 12 ônibus zero quilômetro, todos equipados com elevadores para cadeirantes. Também foram incorporados à frota mais 5 veículos seminovos, o que melhora mais ainda o atendimento à população. E já existe um compromisso assumido pelas empresas de entregar mais 13 ônibus zero quilômetro, totalizando 25 ônibus completamente novos. E tudo isso neste início de governo.

E as obras também se multiplicam na educação e na saúde. A prefeitura teve uma atuação importante no controle da dengue, assunto que preocupou o prefeito. Mas, por ele ser um homem de ações concretas, imediatamente contratou mais de 100 agentes de edemia, que se mobilizaram em toda a cidade, e diversos enfermeiros. As igrejas participaram também conscientizando as pessoas dos cuidados que precisam tomar para evitar a proliferação dessa doença.

E assim Feira de Santana cresce e se desenvolve.

Mas, Sr. Presidente, hoje, quando lia no *blog* do Samuel Celestino uma entrevista do prefeito Tarcízio Pimenta, vi uma coisa que me deixou preocupado – também preocupou o prefeito –, que foi uma declaração de S.Ex^a o governador, quando esteve em Feira, referindo-se à autossuficiência do município. Ele deu a entender, deputado Gildásio Penedo, que aquela cidade não precisava da participação dos governos estadual e federal. Isso é um equívoco, porque, assim como a arrecadação de Feira de Santana é grande, grandes e muitos também são os seus problemas.

É obrigação dos governos estadual e federal contribuir ativamente para que o povo de Feira de Santana tenha, a cada dia, uma vida melhor. O prefeito Tarcízio Pimenta está fazendo a sua parte. É necessário que o Estado e a União façam a deles, porque o povo feirense tem direito a essa atenção.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 9 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, nossas taquígrafas, que estão aqui agilmente anotando as nossas falas, Imprensa, amigos presentes às Galerias Paulo Jackson, nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, neste ano, completa 29 anos de luta, de dedicação, de participação e de construção da cidadania, da construção de oportunidades para homens e mulheres que, ao longo desses 500 anos de Brasil,

sempre foram excluídos, porque há desigualdade e a pirâmide social, neste país, sempre foi muito concentradora. Apenas 10% da população brasileira tinha direito a tudo e a todos os poderes de decisão, enquanto a maioria sempre esperou e, muitas vezes, até se humilhou ou, às vezes, até trocou seu voto para que os mesmos permanecessem no poder.

Pois bem, nesses 29 anos, reunindo as comunidades, os trabalhadores, a sociedade menos favorecida, aqueles que entenderam e que, intelectualmente, compreenderam que um país tão pujante como o nosso não poderia viver com tamanha desigualdade, se incluíram, e, aos poucos, conquistamos um espaço no poder, primeiro com a eleição de alguns prefeitos, depois, com a eleição do presidente Lula e, mais adiante, com a eleição de alguns governadores.

Tenho dito muitas vezes: “Ai de muitos de nós brasileiros se não fosse a insistência, a resistência, a força do Partido dos Trabalhadores, que, ao longo do seu exercício de poder, dos mandatos que vem conquistando, tem traçado políticas públicas para incluir muitos e muitas, dando-lhes a condição de poder viver mais dignamente. É assim que temos muitos incluídos no Bolsa-Família; no ProUni; é assim que temos muitos que conquistaram a sua moradia. E o ProUni, para muitos, foi a única oportunidade de ter acesso a uma faculdade, a uma universidade.

Neste momento em que a crise se abateu sobre todo o mundo, tendo se iniciado lá pelo país dos graúdos, que sempre explorou o povo brasileiro, temos visto a capacidade do presidente Lula para traçar projetos, trabalhar as políticas tanto financeira e fiscal quanto de apoio aos municípios, para que a gente possa sair dessa crise sem tanto sofrimento, como o que outros países têm passado.

Fico, às vezes, admirada, pois compreendo que todos os deputados desta Casa são formados – advogados, engenheiros, médicos –, enfim, cada um tem uma cabeça mais capacitada, mais preparada para compreender o momento e entender a forma brilhante de trabalho com que Lula tem conseguido vencer estas dificuldades.

Entendo e observo que, no período eleitoral recente, o governo do presidente Lula era tão bom, que não foram poucos os candidatos que quiseram cortar e colar a foto dele ao lado da foto do seu candidato. E, pouco tempo depois, mesmo observando e vendo o trabalho profícuo que o presidente Lula tem desenvolvido, há uma insatisfação e revolta da parte de alguns a ponto de organizarem marchas e manifestações de toda natureza. É verdade que as manifestações são importantes. Agora todos nós sabemos – pois aqui não há nenhuma criança – os motivos pelos quais são feitas essas manifestações neste momento.

Aqui na Bahia, o governador Jaques Wagner, seguindo as orientações contidas na cartilha do Partido dos Trabalhadores de trabalhar por todos e para todos, não tem feito discriminação a nenhum prefeito de qualquer corrente ou partido político, haja vista, no Diário Oficial, os convênios, os contratos e os recursos destinados a todos os municípios e, como vimos recentemente, a entrega de moradias, de viaturas para atividades de segurança nos municípios, a distribuição de sementes, a instalação de cisternas, sem nenhuma discriminação.

Portanto acredito que quem tem a oportunidade de dialogar francamente e de

construir politicamente as propostas que queremos para enfrentar esse momento, não precisa, na verdade, cometer certos tipos de atos, porque são mal interpretados pela sociedade também. Não é apenas por um secretário que chega a expor publicamente o seu pensamento, mas muitos eleitores em seus municípios que votaram em deputado A ou em prefeito B, tem entendido também essa forma e feito questionamentos. Como as vezes os eleitores não tem a oportunidade de colocar a sua voz nos jornais, é mais fácil a gente apenas questionar ou não gostar do que um secretário ou outro tenha dito.

Mas volto a repetir que o Partido dos Trabalhadores que neste momento tem, eleitos pelo povo, o governador da Bahia, o presidente da República, o presidente Lula que governa para todos, independente de cor partidária, e que trabalha para que todos possam ter o direito de viver bem e ser feliz, recuperando e reparando os prejuízos sociais que ao longo dos anos ficaram para a população baiana.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Paulo Azi, há uma oradora na tribuna. Gostaria que V.Ex^a fizesse silêncio.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sei que os deputados Paulo Azi e Mizael Neto podem não estar satisfeitos com o meu pronunciamento, porque é assim mesmo, cada um tem o seu ponto de vista, não é obrigado que os pontos de vista sejam iguais. Vejo que todos aqui usam a tribuna, fazem seu pronunciamento colocando as suas ideias. Portanto, nesta tarde, faltando apenas 1min38seg para eu encerrar meu pronunciamento, reafirmo que é uma grande conquista para os brasileiros ter o Partido dos Trabalhadores, que governa o Brasil e a Bahia, e que não governa sozinho. Muitos partidos fazem parte dessa composição e, no dia a dia, tem se reunido e encontrado alternativas para os problemas que afligem a população. Certamente, todos sabem disso, o Brasil será aquele que vencerá a crise mais rapidamente e sem tantos prejuízos para a população.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a Fátima Nunes:- Presidente, deputado Rogério Andrade, gostaria de solicitar uma verificação de quorum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Lamento V.Ex^a ter encerrado seu pronunciamento antes do término do tempo que a senhora dispunha, porque V.Ex^a fez um belo discurso, apesar das interferências inoportunas.

Atendendo a questão de ordem de V.Ex^a , gostaria de registrar que temos apenas quatro Srs. Deputados presentes. Portanto, não há número para a continuidade da presente sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*